



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### ATA N.º 6/2022

Aos trinta dias do mês de junho de 2022, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo Primeiro Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho e pela Segunda Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

#### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

(A preencher nos termos do Regimento.)

##### **1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**

##### **2. Aprovação das atas:**

**Ata n.º. 2/2022, referente à sessão de 7 de março de 2022;**

**Ata n.º. 3/2022, referente à sessão de 20 de março de 2022;**

**Ata n.º. 4/2022, referente à sessão de 25 de abril 2022.**

##### **3. Intervenções.**

#### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**Ponto 1** - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e a situação financeira do Município.

**Ponto 2** - Discussão e votação da proposta de “Contas Consolidadas do ano de 2021.” (**Proposta n.º. 24/2022**)

**Ponto 3** - Discussão e votação da proposta de “Primeira Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.” (**Proposta n.º. 25/2022**)

**Ponto 4** - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município de Castelo Branco à ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.” (**Proposta n.º. 26/2022**)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

#### ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/06/2022

**Ponto 7** - Apreciação da proposta de “Apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. **(Proposta nº. 27/2022)**

**Ponto 8** - Apreciação e votação da proposta de “2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022, da Câmara Municipal de Castelo Branco”. **(Proposta nº. 28/2022)**

**Ponto 9** - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município à *Associação Cortiçada Art Fest, Cortiçada Art Fest – Laboratório* para a Gestão Integrada de Arte na Paisagem”. **(Proposta nº. 29/2022)**

**Ponto 10** - Discussão e votação da proposta de “Mapa de Pessoal de DECDAS – Criação de Postos de Trabalho.” **(Proposta nº. 30/2022)**

**Ponto 11** - Discussão e votação da proposta de “Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação”. **(Proposta nº. 31/2022)**

### MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Carina Isabel Ramos Proença (em substituição de Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo), Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Francisco Manuel Pombo Lopes, João Filipe Dias Ribeiro, Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Paula Carreiro (em substituição de Nuno Miguel Correia Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Joaquim Manuel Antunes Faustino (em substituição de Christelle Varanda Domingos), Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José António Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas Silva, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Batista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

### **MEMBROS AUSENTES À SESSÃO**

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Maia, Christelle Varanda Domingos.

### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA**

Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Nuno Miguel Correia Maia, Christelle Varanda Domingos.

### **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**

**Presidente da Assembleia Municipal** - Tendo em conta que esta sessão está a ser transmitida remotamente através das redes sociais, cumprimentar também todos aqueles que nos ouvem e nos veem à distância.

Relativamente ao período inicial, quero informar os Senhores Deputados e Deputadas Municipais que em termos de correspondência, deu entrada na Mesa:

- Ofício da Empresa Rosa Lopes & Associados, a apresentar a Certificação de Contas e Relatório, e parecer das Contas Consolidadas, referentes ao Exercício de 2021;

#### **Da Câmara Municipal:**

- Relatório de Execução Orçamental - 1º. Trimestre de 2022, da ALBIGEC, EM/SA;

- Documentos e Prestação de Contas do Exercício de 2021, do CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar.

**Presidente da Assembleia** - Gostava de informar as Senhoras e Senhores Deputados no que diz respeito ao novo Regimento que hoje estará pela primeira vez em vigor e, portanto, é esse o documento que devemos todos cumprir e fazer cumprir e, relativamente, a isso dizer que na última sessão quando foi aprovado este Regimento, foi, digamos, assumido um compromisso da nossa parte de que íamos pedir pareceres relativamente à questão da intervenção do público. Já temos dois pareceres, um dos serviços da Câmara e outro da ANAM. E, portanto, muito em breve faço questão em nome da Mesa de convocar a Comissão Permanente para podermos analisar esta questão e, eventualmente, também a Comissão de Revisão do Regimento e depois, se houver



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

necessidade de fazer alguma alteração pontual ou não ao Regimento fá-lo-emos e apresentaremos isso para a sessão de setembro que à partida é a próxima que está agendada em termos regulamentares e em termos da lei.

Quero ainda referir o seguinte, estamos a fazer esta sessão aqui no Salão Nobre, obviamente, que as condições que temos não serão, digamos, as melhores, nomeadamente comparando com aquilo que acontece no Cine Teatro Avenida. Numa forma propositada, a Mesa não quis estar a marcar e a definir lugares, mas de qualquer forma, penso que talvez seja um assunto a ser discutido na próxima Reunião da Comissão Permanente, no sentido, de enfim, numa forma aleatória e, eventualmente anárquica, estarmos aqui a definir os lugares, ou melhor cada pessoa senta-se onde quer, mas eventualmente estar a definir os lugares onde cada Grupo se senta porque depois como compreendem para a Mesa fazer, nomeadamente, o controlo das votações não será fácil. Portanto, leva-me a dirigir aqui também uma palavra ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo que porventura mais do que nunca, estará a fazer falta uma sala específica para a Assembleia Municipal, com todas as condições e todas as comodidades acima de tudo, sem luxos, mas com condições para que todos os Deputados Municipais e a Mesa no fim de contas, coletivamente, a Assembleia Municipal possam ter as condições mais adequadas para, digamos, fazer a sua missão sem dúvida é importante.

Entrou na Mesa um Requerimento do MPT, subscrito pelos Grupos Municipais do CHEGA e PSD/CDS/PPM e que vou passar a ler:

### **Requerimento**

Na última sessão deste órgão municipal de 29/4/2022, aprovamos a proposta de isenção do pagamento de ocupação de espaço público relativo a esplanadas, até final de 2020, assim como aumentar até o dobro da sua área de esplanada, a qual o Senhor Presidente da Câmara Municipal concordou com a referida proposta de isenção, a qual entrou em vigor no dia 18 de maio, com o intuito de apoiar o setor da restauração e minimizar o impacto económico que tiveram devido ao período da pandemia. Concordamos com essa medida, ela ficou parcelar ou incompleta, uma vez que esses proprietários de restauração pagam taxas incluídas ou separadas com o espaço de esplanadas, os respetivos toldos que ocupam nas fachadas dos edifícios.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Os responsáveis dos Grupos Municipais abaixo assinados vêm propor a esta Assembleia Municipal que fiquem isentos da taxa de pagamento esses toldos, em todos os estabelecimentos comerciais.

A razão desta petição contribui para atenuar um pouco as perdas tidas no período de pandemia e dar uma melhoria de bem-estar e segurança aos nossos munícipes.

### **2. Aprovação das atas:**

#### **- Ata nº. 2/2022 referente à sessão de 7 de março de 2022.**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº. 2/2022, referente à sessão de 7 de março de 2022.

#### **- Ata nº. 3/2022, referente à sessão de 20 de março de 2022.**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº. 3/2022, referente à sessão de 20 de março de 2022.

#### **- Ata nº. 4/2022, referente à sessão de 25 de abril 2022.**

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata nº. 4/2022, referente à sessão de 25 de abril de 2022.

### **3. Intervenções.**

**Maria da Conceição Pereira Martins Pereira (CHEGA)** – Foi-me dado conhecimento que no Parque do Barrocal não existem rampas para pessoas com mobilidade reduzida, portanto qualquer pessoa com cadeira de rodas, ou até mesmo pessoas que transportem crianças em carrinhos não conseguem visitar o parque porque não existem as tais rampas.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - A minha intervenção política insere-se em questões de ordem prática do funcionamento do município, com referência a 4 aspetos considerados fundamentais:

**1-Obras em geral no município (cidade e Alcains) com relevância para a obra da Cruz do Montalvão.** Sr. Presidente gostaria de interpelá-lo sobre os atrasos nas obras a decorrer na cidade e em Alcains e em especial as do espaço do Montalvão que levam um tempo exagerado sem conclusão prevista, para além das infraestruturas que me parecem não são as mais ajustadas, tendo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

em conta as características do solo (difícil de permeabilidade), assim como a sua arborização que levará anos a ter condições de crescimento e sem ciclovia adequada ao espaço.

**2 - Ciclovias (Sistema cicloviário na Cidade de Castelo Branco).** Da nossa parte é bem claro Sr. Presidente que consideramos a ciclovia uma infraestrutura de circulação importante para as bicicletas na área urbana, desde que apresente o maior nível de segurança e conforto para os ciclistas. Reconhecemos vários benefícios: ao nível ambiental (redução da emissão de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa e redução da poluição sonora); ao nível económico (redução de congestionamentos, de acidentes de trânsito e consumo de combustíveis); ao nível da saúde pública e na redução da obesidade e sedentarismo; na valorização dos espaços públicos, com especial relevo em parques e outros espaços naturais. Para tal as ciclovias devem obedecer a uma rede integrada composta por diversos elementos com características que atendam ao usuário da bicicleta nos deslocamentos em áreas urbanas. Deve haver Plano de Ciclovias para Castelo Branco que seja discutido, de modo a melhorar a circulação das bicicletas e que a cidade seja Amiga do Ambiente. Mas gostaríamos de saber: O que pretende a Câmara Municipal fazer das ciclovias existentes que não têm condições de segurança, dimensionamento e infraestruturas adequadas à circulação dos ciclistas? Tem este Executivo algum Plano Ciclovias da cidade com corredores cicloviários arborizados, por exemplo no espaço da Cruz do Montalvão e outros espaços verdes?

**3-Aproveitamento de água residual** para próximas décadas no Concelho – Notícia Reconquista (26/05/22) em que a “*Autarquia quer aproveitar água da ETAR para rega de jardins*”. De facto, a reutilização de águas residuais tratadas na rega de espaços verdes e o efeito da salinidade nos solos e nas plantas faz parte do programa do Movimento CB Merece MAIS – MPT (que sugeriu em sessões da AM especialmente na intervenção de 29 dezembro de 2021), pois considera que o tratamento de águas residuais (industriais e emissões gasosas) permite uma redução de custos devido ao crescente custo da água e energia, para além de reduzir o impacto sobre o ambiente visto que gerem águas residuais de alta qualidade. A reutilização da água residual tratada (valor de pH e sensores de pH de medição e regulação) com diferentes teores de salinidade pode ser aplicada na rega de relva, de plantas aromáticas (alecrim, alfavaca e tomilho) e culturas hortícolas (alface, couve-galega), sendo uma opção viável para contornar problemas de escassez de água. Refiro que este tipo de água tem as suas particularidades sendo uma água com maiores níveis de salinidade (em relação água potável ou vinda da barragem), mais quantidades microbiológicas, mais rica em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

nutrientes e em matéria orgânica, entre outras características. Por isso, a relva apresenta uma elevada capacidade de adaptação ao aumento de salinidade das águas. Congratulamo-nos pela utilização de águas residuais tratadas, principalmente para impacto na salinização do solo e no desenvolvimento das plantas (taxas de germinação e crescimento), as medidas de condutividade e de pH (solos, plantas e águas) e do teor de clorofila nas plantas.

Contudo, esta medida deve ter um **Projeto Reciclar Água+** que integre o Plano de Política do Ambiente Sustentável para o Concelho e que seja alargado à limpeza dos rios mantendo o habitat envolvente, desde a Serra da Gardunha até aos limites da freguesia de Stº André das Tojeiras com benefícios para agricultura local, assim como a melhoria das estações de tratamento da ETAR. Lembro que Almaceda tem um problema ambiental da fossa de esgotos junto à praia fluvial – água da ribeira afetando a saúde pública.

**4 - Questões de Circulação e Acidentes que têm ocorrido. 1ª. situação:** tem havido acidentes constantes no Bairro do Valongo em que a alteração da sinalização poderia atenuar essas situações, já que temos ruas contínuas sem stops e outras com stops em cruzamento sim cruzamento não. Se houvesse uma alternância entre colocação de stops, no sentido de obrigar as pessoas a reduzir a velocidade ou a colocação bandas sonoras; **2.ª situação:** Rua de Stª Maria em que existe uma limitação de acesso, mas que a mesma não é respeitada havendo constantemente carros ali a circular e muitos em grande velocidade, sugiro que fosse alterado o sentido da via, assim como o sentido da Rua dos Ferreiros devido ao mesmo problema; **3ª. situação:** Rua Diogo da Fonseca, pois quem circula na Avenida Pedro Álvares Cabral, junto á Caixa Geral Depósitos, tem dificuldade em ver o sinal de proibição de virar á direita razão pela qual aquela rua devia ser de sentido a subir ainda mais porque a meio ela tem mesmo o sentido para cima; **4ª. situação:** Av. 1.º de Maio a redução de velocidade para quando um projeto que possa ser discutido na AM sobre a melhor forma de garantir a segurança dos peões nas passadeiras com velocidade controlada.

São questões pertinentes que devemos dar resposta, assim como a existência duma **Comissão desta Assembleia Municipal sobre as questões viárias e de circulação na cidade** que serviria igualmente de acompanhamento às empresas que prestam serviços nesta área ou aos serviços camarários e da polícia.

Tenho dito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM)** – Já este ano, nesta Assembleia Municipal, foi abordada pelo PSD a questão das alterações climáticas e da consequente seca, tema que infelizmente pela ausência de precipitação se mantém cada vez mais na ordem do dia, não apenas na região, mas em todo o país.

Sendo a água um recurso essencial para a vida humana, no nosso concelho, a água destinada ao consumo humano é utilizada para os mais variados fins.

A escassez de água, a seca e a disponibilidade hídrica são problemas que tendem a agravar-se e que obrigam a uma boa gestão e a uma utilização cada vez mais eficiente da água.

O desperdício não pode ser uma fatalidade, pelo que o processo de reutilização da água, obtida a partir do tratamento de águas residuais, é irreversível e tem que constituir uma prioridade na agenda política da região.

No passado mês de maio, foi assinado por vários municípios, entre os quais, o Município de Castelo Branco, o documento designado “Declaração de Compromissos para Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas nos Serviços de Águas” e anunciada pelo Senhor Presidente a intensão de reutilização das águas residuais das Estruturas de Tratamentos de Águas Residuais (ETAR’s) para a rega de espaços verdes.

O PSD Democrata congratula-se por, após quase três anos, ter sido finalmente reconhecido pelo município, a necessidade de implementação desta medida que foi oportunamente proposta pela Juventude Social Democrata.

Foi em outubro de 2019 que a nossa juventude partidária propôs a criação de uma rede de água reciclada em Castelo Branco que tornasse o concelho mais sustentável e ficado na economia circular.

É imperativo encontrar formas de mitigar os efeitos das alterações climáticas e, para fazer face à necessidade crescente de água, a reutilização da água, obtida a partir do tratamento de águas residuais, constitui uma origem alternativa de extrema importância por contribuir para a sustentabilidade do ambiente, dos recursos hídricos e mesmo da economia regional.

Mas é preciso não esquecer que a reutilização da água, obtida a partir do tratamento de águas residuais, vai muito para além da rega dos espaços verdes, pode ser utilizada para lavar ruas, lavar contentores, para combate a incêndios, pelos agricultores para rega, etc.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Já há alguns anos que existe uma Estratégia Nacional para Utilização de Águas Residuais Tratadas, desde 2019 que já existe legislação (Decreto-Lei nº. 119/2009), que estabelece o regime jurídico de produção e utilização de água para reutilização, obtida a partir do tratamento de águas residuais, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou um guia (guia para a Reutilização de Água – Usos não potáveis) que contempla a legislação em vigor...

Todos os Instrumentos apontam no sentido da reciclagem e da eficiência. Portugal tem como meta chegar a 2030 com pelo menos 20% de utilização de águas residuais tratadas.

Concluindo:

Senhor Presidente, diz o ditado que vale mais tarde do que nunca.

O município de Castelo Branco acabou de assumir um compromisso, pelo que somos a questionar o seguinte:

Estas águas residuais tratadas irão ser utilizadas apenas pelo município ou é intenção do município disponibilizá-las também aos privados?

E, em caso afirmativo, isto é, se forem disponibilizadas a privados, para quando se prevê essa disponibilização?

Muito obrigada.

Tenho dito.

**Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida (S-MI)** – (Falha na Gravação)

**Daniel António Guerreiro Almeida (PS)** – (Falha na Gravação)

**João Filipe Dias Ribeiro** - (Falha na gravação).

**Joaquim Manuel Faustino (PS)** – (Falha na Gravação)

**João José Louro Ramos (Presidente Junta de Freguesia de Monforte da Beira)** - Resolvi vir falar do S. João Batista em Monforte da Beira;

Monforte retomou nos dias 23 e 24 as festas do S. João Batista.

As festas de S. João Batista em Monforte da Beira, para além de uma importante tradição ancestral, é também uma ocasião de reencontro de um elevado número de “Monforteiros” residentes noutras zonas do país e no estrangeiro, que agendam esta data como obrigatória para uma visita anual á aldeia, família e amigos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A realização desta festa, tem um contributo determinante para manter uma coesão social indispensável á sobrevivência da aldeia, enquanto comunidade.

Quem esteve em Monforte nos dias 23 e 24 de junho pode assistir a satisfação e alegria dos presentes, que festejavam com sentimento a festa do S. João Batista.

O empenho e ajuda aos festeiros por parte da Junta de Freguesia foi total,

Colocação de tendas;

Colocação de sanitários;

Material para as Fogueiras;

Limpeza das ruas, etc.

Sabemos que:

Esta festa ancestral tem potencial para CRESCER e ser uma referência nacional;

Que temos um longo caminho a percorrer para dar um estatuto e uma identidade diferente, contamos com todos sem exceção para que tal aconteça;

Por último: Tudo isto foi possível devido ao bom relacionamento com a Câmara Municipal Castelo Branco, que esteve sempre com a Junta de Freguesia na pessoa do Presidente e adjunto;

Para terminar vou citar Pedro Salvado:

Noite de S. João queimar o mal, confirmar a água-viva.

Monforte da Beira, um forte da nossa identidade. Uma festa que merece outra atenção e estatuto.

O S. João de Monforte da Beira tem de fazer parte da lista do inventário Nacional do Património Imaterial.

Responsabilizar, controlar o presente para a conservação deste ancestral legado da nossa tradição. Não é um evento autárquico de circunstância é a seiva cultural do território da nossa beiranidade porosa.

Obrigado.

**Ana Cristina Marques Lourenço (S-MI)** - Cumprimento a digníssima Mesa, Sra. e Sr. Secretário, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. membros da Assembleia Municipal, munícipes aqui presentes, comunicação social, e todos os que nos acompanham online.

A nossa intervenção visa esclarecer algum desfasamento temporal no que diz respeito à nova concessão do Sistema de Transporte Público de Passageiros no Concelho de Castelo Branco.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

De facto, este projeto foi apresentado, e bem, como um reforço de frota mais seguro, mais sustentável, mais eficiente, mais cómodo e climatizado. Foi apresentado também como um projeto piloto na área dos transportes como “Transporte Público Flexível”.

Concordamos, congratulamos e salutamos a apresentação deste novo Sistema de Transporte Público de Passageiros, mas, este novo contrato que irá assegurar o serviço público de transporte de passageiros nos próximos anos, é resultado de uma estratégia, e de um longo trabalho iniciado em 2016, pelo anterior executivo.

Este processo, que culmina agora na apresentação de uma Nova Estratégia de Mobilidade, foi de facto fruto de um trabalho metucioso, cuidadoso e exaustivo ao longo dos anos que já previa, no momento da definição das especificações técnicas do concurso, a instalação da sede da empresa do futuro operador em Castelo Branco; a inclusão do sistema de climatização nos autocarros; (e indo ao encontro do deputado Daniel Almeida) o reforço da oferta regular, tanto na rede municipal, com mais horários para as freguesias, como na rede urbana com horários alargados e ao fim de semana: (para não ter de acordar às 06h30 da manhã) e a menção à implementação de soluções de Transporte Flexível (nomeadamente Transporte a Pedido), ajustado às necessidades das pessoas.

Garantir um sistema de mobilidade moderno, sustentável e que vá ao encontro das necessidades dos seus utilizadores, é algo com que o SEMPRE se congratula, orgulha e associa. Mas não podemos deixar de sublinhar e salvaguardar, como devem calcular, que o projeto agora apresentado não é o resultado de uma nova estratégia, mas sim o resultado de uma estratégia que vem pelo menos, desde 2016, como também já foi referido aqui.

Ao contrário de algumas ações, como o Programa de Apoio à Aquisição de Bicicletas e a redução do valor do passe em 60% para a generalidade dos utilizadores, com majoração de 75% para os +65, desempregados e famílias numerosas, outras existem que, devido à interrupção pela pandemia, não foram efetuadas, mas que entendemos continuarem a ser uma mais valia para todos.

O SEMPRE – Movimento Independente, estará sempre disponível para juntos, trabalharmos para todos, na defesa dos interesses e direitos dos que em nós depositaram essa responsabilidade.

Bem-haja

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)** - (Falha na gravação) esta realidade não resulta de uma escolha livre dos cidadãos, mas sim, de um conjunto de políticas públicas erradas ou existentes



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que obrigaram as pessoas a utilizar o automóvel particular sem antes serem concedidas alternativas mais baratas e sustentáveis.

Em 2018, há quatro anos, a JSD e o PSD tiveram a oportunidade de apresentar na Câmara Municipal de Castelo Branco e na Assembleia Municipal um plano de mobilidade urbano para Castelo Branco. Na altura destacamos três pontos fundamentais, precisávamos e precisamos ainda de uma nova rede mais confortável ecologicamente sustentável que assegure a mobilidade dentro da cidade e na ligação às freguesias, com horários frequentes e rotas adequadas, uma rede de autocarros que as pessoas possam verdadeiramente utilizar para ir trabalhar, estudar ou passear. Prevíamos também a criação de uma rede de bicicletas e trotinetes partilhadas e a criação e uma rede de ciclovias, mais vasta e segura. E, por fim, referíamos também a necessidade da transformação digital, da oferta para que os utilizadores pudessem através de uma aplicação móvel organizar as suas deslocações nos transportes públicos. Se há quatro anos estas propostas foram ignoradas, hoje a realidade é diferente. O PS governa a autarquia sem a maioria absoluta e quando procurou o PSD para estabelecer pontos de encontro, colocamos a mobilidade em cima da mesa como uma prioridade. A intervenção do PSD tem já um efeito prático no dia a dia dos albicastrenses com descontos nas tarifas de 60 e 75%, mas concordamos também com o objetivo de atingir gratuitidade total até ao fim do mandato. Esta é a intervenção que o PSD já tem, utilizando, imobilizando o seu poder eleitoral que foi concedido nas últimas eleições autárquicas para cumprir os compromissos que foram assumidos pelos albicastrenses.

Senhor Presidente para terminar, temos expectativas em relação a esta nova rede de autocarros que foi apresentada há poucos dias, estou certo que há muito caminho para trilhar e cá estaremos para o percorrer.

**Armando Lopes Carvalho (S-MI)** - O ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro, disse esta segunda-feira que a gestão da água exige uma agenda "política clara" permanente e avisou que a seca em Portugal é estrutural, sendo que as reservas asseguram pelo menos dois anos para abastecimento público.

Duarte Cordeiro transmitiu esta posição na abertura do simpósio de alto nível sobre a Água, realizado no âmbito da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que começou em Lisboa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

"Temos de ser cada vez mais parcimoniosos no uso da água", afirmou o ministro, acrescentado: "Temos de a poupar, em casa", "de a preservar, nas suas fontes", "de a usar regradamente" na agricultura, bem como de "a reutilizar para finalidades que não exijam a sua potabilidade".

"Graças a uma cuidada gestão da água, as reservas portuguesas asseguram, pelo menos, dois anos de água para abastecimento público. Mas temos de viver com restrições ou com elevados custos, em certas zonas do país, para assegurar a disponibilidade em certos reservatórios ou em certos perímetros de rega", disse o ministro para sublinhar que não deve haver ilusões porque "em Portugal, a seca não é conjuntural, é estrutural". *In* DN/Lusa 27 de junho de 2022, <https://www.dn.pt/sociedade/ministro-do-ambiente-seca-em-portugal-nao-e-conjuntural-mas-estrutural-14971728.html>.

No mesmo dia, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos propõe um aumento dos preços da água e também uma nova tarifa social.

O regulador revela que o preço da água é muito baixo em 60% dos municípios e que não dá para cobrir os custos de abastecimento e de saneamento.

O preço da água não é igual em todos os concelhos e é até bastante díspar, segundo a entidade reguladora, que entende que devia ser calculado da mesma forma. Há concelhos em que o metro cúbico custa 40 cêntimos e outros em que custa 3 euros. (Para um munícipe ordinário que em Castelo Branco consuma 25 m<sup>3</sup> de água, o preço do metro cúbico está escalonado entre 0.625 e 1.24 Euro – Nota nossa).

No caso da tarifa social, o valor proposto é de 4,5 euros por mês. *In* SIC Notícias 27 de junho de 2022, <https://sicnoticias.pt/economia/regulador-propoe-aumento-do-preco-da-agua/>

Já em 22 de março de 2021, seis meses antes das últimas eleições autárquicas, o então ministro do ambiente João Pedro Matos Fernandes diz que, derivado dos limites de água no mundo, "o preço deve refletir essa escassez" e dar um "sinal mais forte" aos utilizadores de água de forma a que não a desperdicem.

“Sobretudo quando as fontes de água são cada vez menos e se considera que o investimento nas soluções passa unicamente pelo Estado e pela tarifa do cidadão. Se o produto água está a tornar-se escasso, o preço deve refletir essa escassez, tanto mais que esse preço é o sinal mais forte que temos a dar aos utilizadores da água no sentido de a usarem de forma mais parcimoniosa”, frisou Matos Fernandes na abertura do 15.º Congresso da Água, organizado pela Associação Portuguesa



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de Recursos Hídricos, onde referiu ainda que “a solução” para a escassez de água “não é conquistar novas formas de oferta para ganhar folga para mais consumo”. In Observador 22 de março de 2021, <https://observador.pt/2021/03/22/ministro-do-ambiente-diz-que-preco-da-agua-deve-aumentar-para-mostrar-que-e-escassa/>.

Foi neste contexto que o partido socialista no âmbito do manifesto eleitoral com que se apresentou às eleições autárquicas no município de Castelo Branco prometeu “baixar o preço da água aos munícipes”. Porque acreditamos que as promessas eleitorais são para se cumprir, perguntamos ao atual executivo municipal socialista, como pretende cumprir a sua promessa eleitoral face ao atual contexto, em que nas palavras do atual e do anterior governo do país se deve promover a utilização eficiente do uso da água? Como é que baixando o uso da água se promove a sua utilização parcimoniosa?

**Jorge Manuel Ferreirinho Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Malpica do Tejo)** –

Embora seja um tema que já tenha sido debatido por várias pessoas ou referido por várias pessoas, não posso deixar também, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Malpica, agradecer ao Executivo o novo programa de mobilidade de transportes, em termos de melhoramento das condições, quer em termos de quantidade e qualidade das freguesias e de acesso à cidade.

Muito Obrigado.

O tema que me traz aqui hoje, e na sequência também daquilo que já foi transmitido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia Monforte da Beira, também é um evento que aconteceu recentemente em Malpica do Tejo, o Festival José Afonso.

O Festival José Afonso como sabem vai na oitava edição, o que demonstra o êxito que tem sido ao longo dos tempos e que mais uma vez foi um êxito, embora tenha sido um dia de calor excessivo, mas durante a noite com a atuação dos UHF, foi mais um êxito ao ponto dos próprios UHF terem referido que gostariam de voltar no próximo ano. Portanto, isto é demonstrativo do trabalho que é feito nas freguesias, embora não esteja representado e versado no mapa que nos foi apresentado há pouco que fazemos parte dos vermelhos, falta-nos uma autoestrada também para remediar a situação, mas são estes eventos que embora não resolvendo uma dinâmica própria de cada região, mas pelo menos momentaneamente resolvem e as populações agradecem. É exatamente com um agradecimento que termino à Câmara Municipal desde o primeiro momento se ter associado a este festival, fosse novamente possível, sem este apoio essa concretização não seria



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

possível porque a junta não tem essa capacidade, as juntas não têm essa capacidade e neste momento os meus colegas estão a pensar que a Junta de Freguesia de Malpica é mais rica, mas mesmo assim não temos essa capacidade, portanto, fica o agradecimento ao Município por acompanhar e nos permitir usufruir nas aldeias e nas freguesias destes momentos. As populações agradecem e tenho a certeza que continuando com esta política de proximidade, muitos mais Presidentes de Junta irão fazer aqui o agradecimento à Câmara Municipal.

**Maria José Sobreira Rafael (S-MI)** – A alteração do Regime Jurídico de Graus e Diplomas de Ensino Superior ocorrida em 2018 (Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto) deixou de inviabilizar os doutoramentos nos institutos superiores politécnicos, quando cumpridas regras claras, e exigentes, relativas à capacidade de investigação de cada instituição. Tal alteração é, no entanto, ineficaz, sem que haja uma alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

A iniciativa legislativa de cidadãos intitulada - *Valorização do ensino politécnico nacional e internacionalmente* – focada na proposta de alteração cirúrgica da Lei de Bases do Sistema Educativo e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, foi levada à Assembleia da República para discussão, na generalidade, no passado dia 23 de junho e votada no dia 24 de junho, tendo sido aprovada por unanimidade.

O que se pretende em concreto é que os Politécnicos possam outorgar do grau de doutor e a atual designação de Instituto Politécnico seja alterada para Universidade Politécnica.

A possibilidade da outorga do grau de doutor pelos Politécnicos faz todo o sentido. A existência de programas de doutoramento nos Politécnicos implicará mais investigação, desenvolvimento e inovação (I,D&I) junto de empresas e instituições, reforçando ainda mais o papel dos Politécnicos no desenvolvimento económico e social das regiões onde se inserem.

Alterar a designação de Institutos Politécnicos para Universidades Politécnicas, é um reconhecimento do percurso efetuado por estas instituições, hoje com um corpo docente predominantemente doutorado e com resultados concretos de investigação realizada e produção científica relevante publicada nas melhores revistas internacionais. O termo Universidade é globalmente aceite e promove a afirmação nacional e internacional das instituições.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Trazemos este assunto à reunião da Assembleia Municipal para saudarmos os proponentes da iniciativa legislativa de cidadãos, mas também todos os deputados à Assembleia da República e, em especial, os deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Castelo Branco, Nuno Fazenda, Cláudia André, Paula Reis e Tiago Monteiro. Temos conhecimento das reuniões havidas entre o Presidente do Conselho Geral do IPCB e o Presidente do IPCB com aqueles quatro deputados. Todos sublinharam a importância da iniciativa legislativa de cidadãos e concordaram com as propostas apresentadas.

Entendemos que a alteração da designação para Universidades Politécnicas, bem como a possibilidade legal da outorga do grau de doutor, são a afirmação da qualidade e vitalidade do ensino superior de Portugal, mas também, é muito importante, do ensino superior das regiões.

O Politécnico de Castelo Branco, com acentuado aumento do número de novos estudantes, com equilíbrio financeiro, com mais estabilidade na carreira do seu corpo docente e não docente, com obras de requalificação em curso e projetadas, com relevantes níveis de internacionalização, com resultados conhecidos ao nível da investigação e inovação, com prestações de serviço especializados, estará no caminho certo para acompanhar esta oportunidade, e continuará a afirmar-se no panorama regional, nacional e internacional como recentemente tem feito.

**Celeste Nunes Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas)** - Passados três anos, dois dos quais, mais ou menos, confinados, mais ou menos paralisados, a Freguesia de Sarzedas realizou a sua tradicional feira anual do mês de junho, o mês dos Santos Populares.

Quero em nome da freguesia de Sarzedas deixar aqui registado o meu agradecimento ao nosso Presidente da Câmara Municipal, Dr. Leopoldo Rodrigues pelo seu contributo e pelo seu empenho pessoal sem o qual este evento não teria sido de todo possível.

Este ano experimentamos um novo formato, não foi uma revolução, mas antes uma evolução com muita inovação, uma evolução com muita qualidade que a Freguesia de Sarzedas justifica, qualidade que a Freguesia de Sarzedas merece. É pois, também de inteira justiça deixar aqui registado que esta inovação e esta qualidade se deve inteiramente à equipa da Câmara Municipal liderada por Dr. Leopoldo Rodrigues.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Sarzedas sempre foi conhecida pelas grandes feiras que num passado não muito distante ainda se realizavam, feiras absolutamente vitais para a economia de toda a freguesia. A feira deste ano fez a muitos lembrar esse passado ainda muito presente, foi um sucesso a todos os níveis, na participação, na assistência, no festejo e no convívio, no lançamento da marca “Sarzedinha” e no orgulho e na afirmação da nossa freguesia, mas foi sobretudo um sucesso do ponto de vista económico e financeiro para os nossos produtos e produtores.

A todos os que de alguma maneira para isto contribuíram, o mais profundo agradecimento e reconhecimento.

Este ano celebramos a Vila Condal, a vila que recebeu a carta de foral ainda antes de Castelo Branco, a vila que durante mais de seiscentos anos foi sede de concelho englobando as Freguesias de Almaceda e Sarnadas de São Simão. A vila que muito se orgulha do seu passado que o quer preservar no presente para que melhor possa ganhar o seu futuro.

A pandemia e a guerra abriram uma janela de oportunidades na nossa freguesia, os novos residentes constituem quase já dez por cento da totalidade da nossa população. Estamos a caminho de inverter a cor apresentada pelo Deputado Paulo Almeida. Já temos a mobilidade física, falta-nos a mobilidade digital, condição necessária e decisiva para um real, um efetivo crescimento e desenvolvimento da nossa freguesia, não podemos perder esta oportunidade.

O nosso Presidente Dr. Leopoldo Rodrigues abriu-nos a porta da esperança ao conseguir agendar uma reunião com a Autoridade Nacional das Comunicações para tentar resolver este problema. Assim, vamos carregar no acelerador a fundo, vamos rolar a alta velocidade, vamos dar o novo impulso às Sarzedas.

**José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)** – Também a mim me cabe dirigir algumas palavras breves de agradecimento pelo que se passou nos passados dias 23, 24 e 25 deste mês, no bairro do castelo.

Um agradecimento, em particular, à população albicastrense, às pessoas que legitimaram o princípio e a vontade de revitalizar o bairro, retomar a tradição e de demonstrar as virtualidades das ações de proximidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

O que aconteceu nestes três dias no bairro do castelo, demonstram que vale a pena uma estratégia conjugada para recuperar na medida do possível aquilo que é o património cultural, mas também o património material organizado pelo Associação Amato Lusitano, o arraial “Ó vizinho” que permitiu amostra de doze projetos de atividades, do projeto “socialine”, a participação de três associações de bairro albicastrense em todo um conjunto de atividades e ainda de dez organizações e associações culturais e de trabalho social existentes em Castelo Branco.

A dinâmica conseguida nestes três dias demonstra que vale a pena cuidar, estar atento, vale a pena retomar estrategicamente todas as ações e as atividades que permitam revitalizar aqueles que são os espaços fundamentais na comunidade albicastrense.

Aproveito também para agradecer necessariamente a quem quis estar perto e ser parceiro nesta estratégia de aproximação ao bairro, o arraial “Ó vizinho”, à Câmara Municipal e também dizer-vos que a Junta de Freguesia sentiu-se na obrigação de necessariamente não falhar também ao apoio e ao patrocínio desta atividade, conjugando uma outra ação que foi a inauguração da Casa do Forno, a recuperação de um património histórico do bairro do castelo que enraizava em si hábitos e práticas comunitárias de trabalhar o pão, os bolos e, digamos, os produtos tradicionais alimentares que muito foram usados pelos nossos antepassados naquele bairro. A Casa do Forno que é uma iniciativa da Junta de Freguesia, iniciada no executivo anterior e concluída pelo atual executivo, estará ao serviço da Comunidade Albicastrense através de um regulamento que será retificado hoje à noite em Assembleia de Freguesia e, no qual, se prevê a abertura daquele espaço à comunidade daquele espaço, às associações, às organizações, às famílias e às pessoas com atividades dinamizadas pela Junta de Freguesia e no seu conjunto, enquadradas por uma dinamização da Associação CIJE.

Obrigado a todos os que quiseram fazer parte destes três dias e aqueles que nos obrigam a todos, principalmente aos autarcas, a estar atentos e a dizer, sim, queremos realizar proximidade junto dos nossos cidadãos recuperando os seus vários patrimónios.

**Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)** – Eu queria nesta minha curta intervenção congratular o Executivo Municipal pelas várias atividades que com o seu apoio foram desenvolvidas nas mais variadas freguesias do nosso concelho que contribuem e muito para que as nossas populações



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sintam vivas as suas tradições, a sua cultura e também para o próprio desenvolvimento económico e social do nosso concelho.

Por outro lado, queria aqui também congratular o Município pela implementação da estratégia de mobilidade e pela concretização de facto que são as concretizações que contam também desta estratégia... (terminou o tempo de intervenção)

**Presidente da Câmara Municipal** – Procurarei responder às questões que me foram colocadas e solicitadas que agradeço porque valoriza o debate e a troca de ideias, ao mesmo tempo aprofunda aquilo que todos desejamos que é o desenvolvimento de Castelo Branco.

A Deputada Municipal Maria da Conceição fala sobre as rampas no Parque do Barrocal que é um tema que vem sendo tratado há muito tempo e sobre, o qual, eventualmente, existe já pronunciamento relativamente a esse assunto. Não será fácil colocar rampas no Parque do Barrocal, mas, procuraremos que aqueles que têm mobilidade condicionada possam aceder também àquele parque que é bastante importante para Castelo Branco, o território e para a nossa divulgação.

O Senhor Deputado Ernesto Candeias Martins apresenta-nos aqui algumas questões que são importantes esclarecer. As Obras da Cruz do Montalvão, tivemos mais um pedido de prorrogação para estas obras e o pedido se não me falha a memória, remete o seu final para outubro, novembro deste ano.

No que diz respeito às ciclovias, como sabe há uma contestação forte por parte de alguns munícipes, relativamente, a alguns troços das ciclovias. Foi pedido ao autor do projeto que nos apresentasse propostas para concretizar esses eixos cicláveis e ainda estamos à espera dessa apresentação de propostas para que possamos depois dar sequência à sua implementação.

Houve aproveitamento de água residual e os problemas da água foram aqui tratados em várias intervenções e podemos dizer que todas as intervenções apresentadas sobre este tema, vêm ao encontro daquilo que é também as preocupações e ao mesmo tempo aquilo que são a procura de soluções para responder a este problema da água. É um tema do presente e está bem patente no número de intervenções que aqui foram feitas e será um tema do futuro. Já aqui falamos, teremos que discutir seriamente a questão da água e avaliar aquilo que temos, como queremos que chegue às nossas torneiras e para a que a cidade seja mais verde e mais fresca, como é que isso se pode



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

concretizar, tentando conciliar também com outros interesses que são nomeadamente os interesses económicos direcionados para a água e para os problemas associados ao mesmo.

Falamos também sobre a limpeza dos rios, é também um tema que está em cima da mesa e é um tema que procuraremos dar resposta, nomeadamente, ontem tivemos a oportunidade de falar com o Senhor Vice-Presidente da APA, acerca do rio e das inúmeras árvores que neste momento se encontram no seio do rio e às vezes até dentro do próprio rio.

Refere os acidentes na cidade, é preocupação de todos, cada acidente é sempre motivo de preocupação e também identifica aqui um conjunto de vias pelo qual estaremos atentos, eventualmente, até virmos a conversar sobre este assunto.

A comissão de toponímia existe, está a funcionar, aliás reuniu há poucos dias para decidir alguns assuntos e continuará a reunir sempre que se afigure necessário a sua intervenção

A Senhora Deputada Adelina Martins, também apresentou a sua intervenção sobre o problema da água, refere e preocupação com o tema da água e acrescentava aqui um ponto que tem a ver precisamente com a sua utilização e com as preocupações que temos acerca da mesma. Ainda não há muitos dias falava com alguém que vive bastante mais a sul do que nós, muito próximo do Rio Tejo e que mostrava a sua preocupação pelo facto da salinização do Tejo estar a avançar cada vez mais para montante, prejudicando com isto não apenas as questões do Rio e da vida no Rio, mas prejudicando também com isso aquilo que é a prática agrícola. Essa conversa refletia precisamente as nossas preocupações, este problema e o problema da água no Rio Tejo tem muito a ver com algo sobre o qual nos debatemos todos há muito tempo que é, o facto, do Rio Tejo ter um caudal aceitável, regular e que impeça este e outros fenómenos sobre os quais temos que nos preocupar.

O Senhor Deputado Paulo Almeida, fez aqui uma reflexão sobre demografia e a sua relação com as autoestradas.

Senhor Deputado, sinceramente não consigo perceber onde é que o Senhor quer chegar, ou que relação é que consegue daí tirar. Sei que o principal da sua intervenção que agradeço também se refere ao IC31 e ao perfil do IC31. Senhor Deputado, já escrevi quando esta discussão começou a ter lugar. A Câmara Municipal de Castelo Branco que represento quer um IC31 em perfil de autoestrada. Já o disse, e também já disse à Senhora Ministra, aos Senhores Secretário de Estado e aos decisores políticos nacionais responsáveis por esta temática. Agora entre os desejos deste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Presidente da Câmara, dos Presidentes da Câmara que me antecederam e da população do nosso território e a sua concretização ainda vai uma distância grande, mas cá continuaremos a fazer esse trabalho, ou pelo menos para dizer aquilo que pensamos.

O Senhor com toda a simpatia e estima que tenho por si, nem sempre estive muito atento Senhor Deputado. É que da minha parte, nunca deixei de dizer aquilo que havia de dizer sobre o desenvolvimento de Castelo Branco fosse de que cor política e o Governo que estivesse em funções, fi-lo em relação à barragem do Alvito, fi-lo relativamente ao IC31, fi-lo relativamente às portagens, portanto, nunca foi a cor política do Governo nacional que impediu o atual Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco de se pronunciar acerca daquilo que é importante para Castelo Branco e quero-lhe dizer que continuaremos a fazê-lo.

Depois também lhe queria deixar uma nota, relativamente, à Escuderia e à organização do Rally de Castelo Branco. Um enorme acontecimento, um belíssimo acontecimento que valoriza Castelo Branco e que teve o maior apoio de sempre da Câmara Municipal, setenta e cinco mil euros diretos. Nunca a Câmara Municipal de Castelo Branco apoiou como na edição de 2021, o Rally de Castelo Branco com um valor tão significativo, isto para lhe dizer que estamos atentos àquilo que de bom se faz em Castelo Branco, àquilo que promove o concelho de Castelo Branco, considerando naquilo que são recursos que temos que gerir e de acordo com aquilo que são também as nossas prioridades para o concelho e a nossa região.

Devo dizer também que no mesmo dia em que se realizou o Rally de Castelo Branco, tiveram lugar um conjunto diversificado de atividades, tais como, a bênção das fitas ou a bênção das pastas, a festa da Granja Park, o momento extraordinário na freguesia das Sarzedas com a presença e uma atuação belíssima do Salvador Sobral. O concelho vibrou, teve muitos visitantes e teve uma dinâmica muito interessante.

E para aqueles que às vezes dizem que não podemos fazer mais que uma atividade porque isso prejudica uma e outra, esse fim de semana foi a prova provada que a existência de várias atividades em simultâneo não diminuem, antes pelo contrário, valorizam essas mesmas atividades.

Tivemos efetivamente o problema a capacidade hoteleira, ou de camas em Castelo Branco que não deu resposta às muitas solicitações que tiveram lugar durante esse fim de semana. É verdade que tivemos pessoas a deslocarem-se para a Orca, Fundão, Covilhã, Idanha-a-Nova e Vila



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Velha de Ródão, mas o que é certo é que o concelho de Castelo Branco teve três dias de grande dinamismo e atenção. A Câmara Municipal não teve nenhuma intervenção na bênção das pastas, apenas teve intervenção de facilitar e de ajudar logisticamente na realização da missa e também depois do evento que os estudantes realizaram junto à Escola Superior de Saúde, mas não teve nenhuma responsabilidade nem na programação, nem na definição do dia e nem na organização, foi iniciativa da Associação de Estudantes que levou por diante esse evento. Saudámo-los pela forma como decorreu e também pela forma como acrescentou valor às atividades em Castelo Branco.

Penso que respondi à sua dúvida em relação à Escuderia, estaremos atentos para continuar a apoiar as várias instituições do nosso concelho.

Senhor Deputado, Paulo Almeida, fala sobre a mobilidade. Eu até acho um pouco estranho que o início de um novo projeto, de uma nova concessão e de um novo serviço em Castelo Branco, no âmbito, da mobilidade seja visto quase como uma coisa negativa. Não é uma coisa negativa, é uma coisa muito positiva e nunca dissemos que o PS, em funções entre 2017/2021, não tivesse nada a ver com isto. Nunca dissemos isto. Ainda bem que assim aconteceu e, hoje, temos condições para implementar este novo serviço com a qualidade que esperamos que venha a ter. Mas, há aqui duas ou três coisas que são importantes referir, Senhora Deputada, efetivamente, aquilo que está em projeto piloto no que diz respeito ao transporte flexível, não tem nada a ver com o caderno de encargos e com o contrato que foi desenvolvido, não tem absolutamente nada a ver, é distinto e do nosso ponto de vista é muito melhor. Mas, também não quero estar a dizer mal do trabalho do PS sobre isso, são perspetivas evolutivas. Evoluímos na análise e na resposta a esta problemática porque, efetivamente, disse muitas vezes em campanha eleitoral que queríamos um transporte flexível, que as nossas populações e, sobretudo, as populações das nossas freguesias precisavam do transporte flexível. Não vou entrar aqui em explicações, mas posso-lhe garantir Senhora Deputada que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Aquilo que estava previsto era a possibilidade de um operador implementar carreiras alternativas, dando-lhes alguma flexibilidade, não tem nada a ver com isto. Nós contratualizamos um serviço autónomo, um serviço que responda diretamente às necessidades e autonomia do seu serviço que está a falar.

Por isso, é importante o início desta concessão. Não estava previsto vir para Castelo Branco nenhum veículo elétrico, mas, a partir de amanhã já temos um veículo elétrico em Castelo Branco. É pouco? É apenas o início. Queremos mais? Sim, queremos muito mais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Deputado, João Filipe, do CHEGA, fala sobre melhorar as condições de trabalho na Assembleia Municipal. Concordo em absoluto consigo porque também estive desse lado durante 20 anos sentado nessas cadeiras a defender o PS e os projetos do PS e senti muitas vezes na pele, a incomodidade de estar sentado nas cadeiras, nestas condições. Estou de acordo consigo, não conseguimos resolver este problema rapidamente, mas tentaremos resolver.

Ainda no que diz respeito à sua intervenção, a imprevisibilidade da conclusão das obras. Tem toda a razão e congratulo-me com a intervenção que aqui fez e pelas sugestões que trouxe a este debate. Efetivamente, partilhamos a sua preocupação e de todos os membros desta Assembleia Municipal, no que respeita ao atraso sucessivo da concretização das obras. Ainda há pouco aqui falei sobre o adiamento, a prorrogação mais uma vez das obras da Cruz de Montalvão. Estas prorrogações estão resguardadas pela lei, pela legislação especial que advém da pandemia da Covid-19. Temos feito aquilo que no nosso entendimento é a nossa obrigação que é conversar junto dos empresários que têm obras a decorrer em Castelo Branco, no sentido de os alertar para as implicações negativas que a duração mais para além do que era previsível têm na vida dos cidadãos que vivem próximos dessas intervenções, mas também daqueles que usam essas vias e neste caso concreto da cidade ou das suas freguesias.

A informação que refere é também importante, procuraremos que se concretize e que seja dada mais informação aos cidadãos e que haja também uma maior proximidade entre aquilo que é a obra, o seu projeto, o seu custo e o conhecimento desses mesmos cidadãos.

No que diz respeito a Alcains, quero também informá-lo a si e a esta Assembleia de uma reunião que decorreu a pedido da Senhora Presidente de Freguesia de Alcains e da solicitação de vários alcainenses que tivemos oportunidade de fazer no Centro de Cultura de Alcains.

Disponibilizamo-nos e estivemos presentes para esclarecer junto da população de Alcains aquilo que é o projeto das obras em curso e aquilo que são as condicionantes associadas a essa mesma obra.

Esteve presente também o autor do projeto, o Senhor Arquiteto que também tal como eu e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia respondemos às dúvidas e solicitações dos habitantes de Alcains e também algumas insatisfações dos habitantes de Alcains. Mas, também há uma coisa que lhe queria dizer Senhor Deputado, não há realização de obra pública que não cause incómodos à



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

população, isto é inevitável. A realização de uma obra pública cria sempre incómodos e momentos de tensão. Será importante minimizar esses impactos e dar melhores condições para que as obras se concretizem com sucesso. Ainda a propósito disso e, precisamente, sobre a obra de Alcains tivemos oportunidade em devido tempo de sensibilizar a empresa que está a operacionalizar esta intervenção, no sentido, que as ruas de Alcains não sejam todas esburacadas e ao mesmo tempo para que seja planeado uma intervenção sequencial tentando por essa via concluir troços, ou pelo menos, deixar em condições a circulação de carros e pessoas antes de iniciar o percurso seguinte. É uma sensibilização que já está a dar frutos até ao Largo de Sto. António. Foi feita uma intervenção que já tem alcatrão e agora estamos a arrancar para a frente do Largo de Sto. António, tentando por esta via e como lhe disse também minimizar os constrangimentos que isto causa.

Senhor Presidente de Monforte da Beira, agradeço as suas palavras e estamos inteiramente identificados no que diz respeito à importância desta manifestação cultural, cívica que é a manifestação do São João Batista, em Monforte da Beira. Tivemos oportunidade de conversar e de nos entendermos, em devido tempo, relativamente àquilo que seria a dimensão das celebrações do S. João Batista, em Monforte da Beira, no ano de 2022 e não estarei a cometer nenhuma inconfidência se disser aqui que já começamos a projetar o São João Batista de 2023, indo ao encontro daquilo que muito bem transmitiu que é a importância deste património, desta manifestação religiosa e ao mesmo tempo profana que tem uma importância por essa mesma razão, por aquilo que representa para Monforte, para os Monforteiros e para o nosso território.

Sobre a intervenção da Senhora Deputada, Ana Cristina Lourenço, já lhe respondi, penso que às suas preocupações e também à forma como aqui vem defender o transporte flexível. Quero-lhe dizer Senhora Deputada que estive cá sempre a defender este e outros projetos em prol do desenvolvimento do nosso concelho.

Senhor Professor Joaquim Faustino, o PESE devemos reconhecê-lo, foi liderada pela Senhora Vereadora, fez um trabalho muito importante ao longo do último tempo letivo. Foi um trabalho que depois se refletiu numa cerimónia ou evento carregada de simbolismo e tive a oportunidade de lá estar e percebi bem o simbolismo e também percebi a emoção e a participação dos pais e familiares dos meninos que participaram nessa atividade. Teve lugar no Cineteatro Avenida e foi uma demonstração clara de que podemos fazer melhor com os mesmos recursos e em prol, neste caso, das nossas crianças e das suas famílias.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Senhor Deputado Miguel Barroso, fala-nos sobre a qualidade urbana, também mais uma vez, e sobre os projetos, e sobre aquilo que foi um compromisso assumido para melhorarmos a questão da mobilidade nas suas várias vertentes porque a mobilidade urbana e aquilo que queremos para a mobilidade do nosso concelho, não é apenas a utilização dos transportes públicos. É importante, uma boa rede de transportes públicos com mais horários, mais autocarros e com melhores condições. Mas, é importante ir mais além, é importante discutirmos também. No outro dia, foi-me aqui colocada esta questão, penso que por uma pessoa do público, relativamente, à coragem de fecharmos ruas à circulação de automóveis. Temos coragem para isso? Temos coragem para fechar ao trânsito a circulação automóvel nas ruas da nossa cidade? Queremos fazer esta discussão? Estou disponível para trazer essa questão, mas, também lembro que fui violentamente aqui atacado pela Assembleia Municipal porque durante uma semana limitamos a circulação de carros na Avenida N'Álvares na realização do Natal Branco. Portanto, é uma discussão interessante, é uma discussão importante e é uma discussão que visa ir ao encontro daquilo que são as nossas ambições, em termos, de alterações climáticas também, tão presentes nas intervenções que aqui fizeram e com as quais, me congratulo. Congratulo-me, de facto, com isso, temos que pensar sobre o assunto e discuti-lo. Dou-lhe um dado Senhor Deputado, relativamente às bicicletas e também uma reflexão que temos que fazer, entre 2021 e o presente, a Câmara Municipal participou na compra de quinhentas e cinquenta e seis bicicletas. Estão neste momento em apreciação o apoio a sessenta e três bicicletas e está pendente porque não existem bicicletas para entregar. Portanto, aqueles que as vendem, foi uma boa iniciativa também que saúdo, para dinamizar o comércio local de velocípedes.

Vamos ver, quando puderem ser utilizadas as ciclovias, se estas bicicletas estão na rua e se contribuem para a redução do carbono e melhoria da mobilidade.

Senhor Deputado, Armando Ramalho, bem-haja também pela sua questão e por me recordar que foram os compromissos do PS. É verdade, o PS não renega nenhum dos seus compromissos, antes pelo contrário, temo-los sempre presentes e também tenho presente esse compromisso de baixar a fatura da água no concelho de Castelo Branco. É uma ambição dos nossos cidadãos. É uma ambição com a qual nos identificamos e acredito e não contrario as palavras do Senhor Ministro e também Senhor Deputado, havemos de ter esta discussão e nessa altura, quero ver qual é a sua posição, relativamente, a este tema tão importante que é o tema da água, da sua racionalidade e também da sua disponibilidade para servir os munícipes de Castelo Branco. Mas, para o deixar



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

sossegado, Senhor Deputado, o Presidente Câmara Municipal e o Executivo Socialista não esquecem os seus compromissos.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Jorge Diogo, falou-nos sobre o Festival José Afonso. Estivemos mais uma vez presentes nesse Festival e naquilo que foi o sentimento também e a emoção que vivemos nesse dia em Malpica do Tejo, da homenagem ao Senhor Juvenal com a presença da esposa e das duas filhas, com a presença dos amigos que refletem aquilo que é o espírito do Festival José Afonso e aquilo que representa também para Malpica do Tejo.

Tive também a oportunidade de estar presente na parte final do concerto dos UHF que reporto, de muito bom, e onde os malpiqueiros viveram de uma forma intensa e também a manifestação popular e de homenagem a uma personalidade ímpar como foi o José Afonso e a sua passagem e recolha etnográfica e musical que fez na freguesia de Malpica do Tejo.

A Senhora Deputada, Maria José Rafael, fala sobre o Instituto Politécnico e do seu Presidente. É uma das Instituições mais importantes públicas do nosso concelho, o Instituto Politécnico de Castelo Branco. É uma instituição que nos valoriza enquanto concelho que promove a investigação, a qualificação e que por essa via também promove este território. A possibilidade de atribuição do grau de Doutor pelos Institutos Politécnicos é importante e esta manifestação e esta iniciativa da sociedade civil, no sentido, de levar à Assembleia da República uma proposta com este nível, é do nosso ponto de vista muito relevante aos docentes, aos alunos e àqueles que querem vir e é isso que é importante, aqueles que podem vir para Castelo Branco para poderem fazer o seu grau de Doutor. Uma das desvantagens dos Institutos Politécnicos, relativamente, às Universidades é precisamente a impossibilidade de atribuir o grau de Doutor que leva a que um mercado e desculpem a expressão, é efetivamente um mercado direcionado ao Ensino Superior que é da concretização de graus de Doutor, esteja nos territórios onde os Institutos Politécnicos têm a sua intervenção. E, portanto, se esta proposta for aprovada como esperamos e tudo indica que assim seja porque foi aprovada na generalidade por maioria na Assembleia da República, será um passo muito significativo que abrirá outras possibilidades ao Instituto Politécnico de Castelo Branco e aos outros Institutos e que abrirá também a possibilidade de captar estudantes internacionais e nacionais para o nosso território para fazerem o seu doutoramento e para fazerem mais do que isso porque associado a um doutoramento está também associada a investigação. Não existem doutoramentos em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

investigação e, portanto, também por essa via o Instituto Politécnico de Castelo Branco e o nosso território ficarão valorizados.

Quanto ao Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco e à sua reeleição, é óbvio que a Câmara Municipal, neste caso, concreto, o Presidente da Câmara Municipal deseja que este mandato seja um mandato repleto de sucessos. O Presidente do Instituto Politécnico consiga concretizar o seu plano de desenvolvimento para o Instituto Politécnico de Castelo Branco porque a sua concretização contribuirá para a valorização, em primeiro lugar, do Instituto Politécnico de Castelo Branco e depois do nosso território. Por isso, fá-lo-ei também num momento mais adequado, mas quero deixar hoje aqui expresso, perante a Assembleia Municipal e, perante, os albicastrenses que aqui estão e que nos veem através das redes sociais, o nosso inteiro compromisso naquilo que são as estratégias de desenvolvimento do Instituto Politécnico de Castelo Branco e é intervenção sempre que necessário da Câmara Municipal, no sentido, de as concretizar, aliás como vem acontecendo ao longo de muitos anos e que procuraremos manter a mesma linha.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia das Sarzedas, da Vila Condal, pude observar quando estive na abertura da feira, o seu ar de felicidade, ao mesmo tempo de dinamismo e também de identificação perfeita com aquilo que aconteceu nas Sarzedas, como tem acontecido em outras freguesias do nosso concelho. Foi efetivamente uma atividade que honrou a freguesia de Sarzedas que veio valorizar dois produtos da gastronomia local, no caso concreto a Sarzedinha, mas também a questão da Chanfana que foi um dos pratos apresentados durante a mesma. Por isso, Senhora Presidente, os louros, ou diria os elogios não devem ser para o Presidente da Câmara ou para o Executivo da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal fez aquilo que lhe compete fazer que foi criar as condições para que esta feira, este evento fosse possível e um sucesso, já aconteceu em Alcains, já aconteceu na Póvoa de Rio de Moinhos, em Castelo Branco e nas Sarzedas, é quem está mais próximo que tem esta capacidade para dinamizar, para tornar grande, acontecimentos que outros poderiam antecipar como pequenos e, efetivamente, este foi um acontecimento grande para as Sarzedas e para o concelho de Castelo Branco.

Quanto há última intervenção do Professor, José Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco que aqui trás dois assuntos, o arraial ou o evento no bairro do castelo “Ó Vizinho”.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi um evento proposto pela Associação Amato Lusitano que vem na sequência também da instalação na zona histórica da Incubadora Social IN e que por si só, também e aqui reporto-me ao Senhor Deputado Armando Ramalho que foi este evento e também a instalação da incubadora social na zona histórica, “pequenina”, mas a resposta áquilo que são os compromissos do PS para a zona histórica de reabilitar espaços ao serviço da cidade, de concretizar uma estratégia de dinamização da zona histórica. E, este evento “Ó vizinho”, é bem reflexo disso, com participação, o envolvimento dos locais, mas também de outros habitantes e que se veio a revelar um bom evento, um enorme sucesso que é naturalmente para repetir. Não foi pelo facto de termos realizado o evento “Ó Vizinho” com a Associação Amato Lusitano, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal que a festa popular de S. João deixou de se fazer, deixou de ter pessoas, deixou de ter movimento, alegria e dinamismo porque teve e estive lá para ver. Portanto, não agitemos “fantasmas”, relativamente, a isto, antes pelo contrário, valorizemos aquilo que temos, as iniciativas sejam populares, ou sejam, dos órgãos autárquicos para que Castelo Branco tenha esse tipo de intervenção.

Depois quero referir-me muito ligeiramente à inauguração da “Casa do Forno”. O finalizar de um percurso longo que felizmente está concluído ou melhor, ainda agora está para se iniciar aquilo que é mais importante que é a sua dinamização. Acredito que com o conhecimento que tem sobre o bairro do castelo e da cidade, com o envolvimento das Associações, teremos um espaço interessante para recordar outros tempos, valorizar o nosso património, seja o património gastronómico e cultural que procuraremos fazer.

O Senhor Deputado, Francisco Lopes acabou por não ter muito tempo para fazer a sua intervenção, agradeço-lhe, no entanto, as palavras que referiu.

Penso que respondi às questões que aqui me foram colocadas, se houver alguma dúvida, ou algum esclarecimento que queiram, estarei disponível para o fazer.

### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 - Appreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.**

**Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30/06/2022  
Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

- a) e b) **Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira:** têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.
- c) **Situação financeira em 21/06/2022:**
- i) **Saldo de Operações Orçamentais** – €43.972.995,76
  - ii) **Saldo de Operações Não Orçamentais** – €2.275,41
  - iii) **Valor em dívida em 21/06/2022** – €397.618,95
  - iv) **Outros:**
    - **CMCB** – Ver anexo I.
- d) **Reclamações:** Nada a assinalar.
- e) **Recursos hierárquicos** – Nada a assinalar.
- f) **Processos judiciais em curso/ fase processual atual** – Ver anexo III.

**Presidente da Câmara Municipal** – Vamos usar este período destinado à informação do Presidente para fornecer aqui um conjunto de informações, desculpem a redundância, relativas àquilo que tem sido a atividade da Câmara Municipal e das diferentes instituições afetas à Câmara Municipal desde a última Assembleia Municipal até ao presente dia. Fazemo-lo porque entendemos que a Câmara Municipal também deve prestar contas aqui na Assembleia Municipal a este Órgão Deliberativo e deve, sobretudo, tornar claro a forma como está a trabalhar, onde é que está a intervir e de que forma está a intervir. É por isso que peço a vossa compreensão para uma apresentação que irei fazer que provavelmente será mais longa do que seria suposto pelo menos considerando aquilo que tem sido a prática no passado, mas de qualquer modo entendo que é importante esta apresentação e é importante informarmos daquilo que se tem feito e eventualmente até refletirmos sobre aquilo que podemos fazer.

**Neste momento o Senhor Presidente da Câmara, fez uma apresentação com projeção da atividade da Câmara.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Câmara Municipal** - Gostaria de referir um outro aspeto que é uma informação que considero importante e pertinente.

Como sabem o Colégio de S. Fiel foi fustigado pelos incêndios depois de infelizmente ter muitos anos de abandono e de ausência de intervenção. Os incêndios vieram afetar de forma muito grave o edifício e a possibilidade de o mesmo se manter. Foram desenvolvidos durante os mandatos anteriores, dois procedimentos concursais no âmbito do Programa Revive. Na altura esteve aqui a Senhora Secretária de Estado, mas acabou por não haver nenhum concorrente interessado em desenvolver este projeto. Temos preocupação relativamente a este assunto e ao estado em que se encontra o Colégio de S. Fiel. É uma preocupação partilhada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo com quem vamos conversando acerca desta preocupação que é comum. Há a possibilidade de em breve abrir um novo concurso no âmbito deste Programa Revive.

Tivemos esta informação através do Turismo de Portugal e aguardamos com alguma expectativa o desenvolvimento desse procedimento e esperamos com toda a sinceridade que ele venha desta vez a ter concorrentes que apresentem projetos que possam recuperar aquilo que é tão icónico para o Louriçal, mas tão icónico também para os jesuítas, para a história dos jesuítas e está aqui o Professor Ernesto Candeias que tem escrito, refletido e tem debatido também a importância do Colégio de S. Fiel e, portanto, é com muita expectativa como vos disse que guardamos este novo procedimento e que possa finalmente recuperar e dar nova vida ao colégio de S. Fiel. Preocupa-nos o estado em que se encontra, preocupa-nos seriamente e comentava com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, se tivéssemos tido o inverno que passou com a intensidade de chuva que tivemos em outros invernos, acreditamos que alguma coisa podia ter começado a correr mal.

Esperemos que assim não seja, esperamos que haja boas propostas e uma boa solução para o Colégio de S. Fiel. Acho que é uma informação importante que aqui trago até porque cada um de vós podem ser embaixadores no sentido de estarem atentos há abertura de concursos e depois fazerem a vossa magistratura de influência no sentido de mobilizar potenciais investidores.

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)** – É bem sabido que na ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal consta desde sempre, neste primeiro ponto a apreciação de uma informação que o Senhor Presidente da Câmara presta à Assembleia Municipal e que deve explicar a atividade do município e a situação financeira do mesmo. Essa informação não é facultativa, resulta da lei, do regime jurídico das autarquias locais e resulta também do regimento desta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Assembleia Municipal, já constava no anterior e consta igualmente neste que aprovamos na última Assembleia Municipal.

A informação que recebemos nos documentos de apoio para preparar a Sessão da Assembleia Municipal e que todos receberam é bem diferente daquela que o Senhor Presidente apresentou aqui e felicito-o mais uma vez como fiz na última sessão, mas nas competências da Assembleia Municipal no artigo 25º. e que consta também como referi no artigo 4º. do nosso Regimento, diz que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados ou das Empresas Locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, apreciar a execução dos contratos de delegação de competências, apreciar com base na informação disponibilizada pelo Presidente da Câmara os resultados das participações do Município nas Empresas Locais e de qualquer outras entidades, enfim, um conjunto de competências desta Assembleia Municipal que resultam justamente deste documento preparatório que deve ser enviado para a Assembleia Municipal.

A questão Senhor Presidente é que neste documento que nos fazem chegar e o problema não é de agora, nenhuma destas informações consta. Aquilo que se diz logo à entrada sobre as atividades desenvolvidas pelas Associações, Fundações e outras entidades de cariz empresarial e do Município, em geral, diz e vou citar “tem se pautado pela normalidade nada havendo a registar, os relatórios de atividades e contas que tem vindo oportunamente a ser remetidos nos termos da lei.

Portanto, a Assembleia Municipal de Castelo Branco e os Deputados da Assembleia Municipal de Castelo Branco não podem cumprir a Lei e o Regimento, não conseguem escrutinar adequadamente o trabalho do Município porque de facto a informação que é enviada não cumpre a lei e não cumpre os parâmetros e a informação que necessitamos, justamente para poder discutir com o Senhor Presidente todos estes elementos que o Senhor apresentou.

É certo que o Senhor Presidente e posso inferir isto da sua postura tem preferido fazer este género de apresentação, fê-lo na última Assembleia Municipal e felicitei-o por isso e não vejo inconveniente que continue a fazê-lo como fez hoje, aquilo que me parece oportuno, lançando também o repto ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que estas apresentações sejam remetidas à Assembleia Municipal junto dos documentos de apoio ou em substituição desta outra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

completando a enviada que francamente, como disse, é muito diminuta a informação e depois é elencado um conjunto de contratação pública da Câmara Municipal de Castelo Branco. Portanto, isto não cumpre a legislação. Aquilo que o Senhor Presidente apresentou é seguramente um complemento muito importante que vai ao encontro daquilo que se pretende, pois então, essa documentação de apoio tem que me ser feita chegar, porventura, para facilitar o trabalho da Assembleia Municipal e para evitar que estejamos aqui bastante tempo a ouvir o Senhor Presidente porque se enviar a documentação, conseguimos prepara-la e sintetizar o que é mais oportuno discutir porque a maior parte das informações, são informações que francamente não merecem grande discussão, são meramente informativas e por isso mesmo se nos fizer chegar seguramente lemos os documentos, preparemos os documentos e conseguimos no decorrer da Assembleia Municipal executar os trabalhos com maior celeridade.

Aquilo que me parece importante, é que dando seguimento ao que está escrito na lei possa enviar essa informação conforme o que está previsto.

**Paulo Jorge Ramos de Almeida (S-MI)** – Aqui as minhas dúvidas decorrem diretamente dumas coisas que se passaram ali e com a velocidade que passaram não consegui assimilar.

Uma das dúvidas é a questão da leitura das águas, colocou um número de leituras, mas penso que já há sistemas automáticos, não sei se da próxima vez podemos enriquecer aquele slide com o tipo de leitura para efetivamente se ver qual é o esforço humano implicado naquilo e aquele que já funciona de uma maneira automática.

Depois como referiu aqui o sistema de mobilidade, isto não é nada fácil, por isso tenho que elogiar quem fez o processo e quem o está a implementar. Vão de certeza ser cometidos erros e vão ter que ser reformulados para ter novas soluções. Isto vai acontecer de certeza porque é tudo muito novo ainda por cima num território de mais de 1400m<sup>2</sup>.

No entanto, gostava de lhe perguntar, uma vez que foi falado aqui na questão da pegada verde se há alguma estimativa naquilo que será a redução de emissão de CO<sub>2</sub> que advenha da utilização de veículos de transportes públicos mais eficientes e conseqüentemente da maior não utilização de veículos de pessoas particulares. Há alguma estimativa no estudo que nos possa deixar aqui de metas para esta questão?





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Carla Sofia Massano Carvalho (PS)** – A minha questão é muito concreta, relativamente, às obras projetadas. Eu queria colocar a questão no que diz respeito ao pavilhão municipal que tem estado desativado por causa do centro Covid, é sabido que vai entrar em obras e a minha questão tem a ver com o início do ano letivo porque aquele pavilhão antes da pandemia era utilizado pela Escola Secundária Amato Lusitano para lecionação das aulas de Educação física.

Gostaria de saber se no início do ano letivo essas obras estarão concluídas para que a escola possa utilizar novamente esse espaço?

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente, às questões que foram colocadas, tem razão Senhor Deputado Miguel Barroso ainda não conseguimos chegar aí. Esse tipo de informação exige uma disponibilidade de recursos humanos em permanência, procuraremos encontrar os meios humanos para o fazer de modo que esta Assembleia e aqueles que assistem às mesmas possam ter essa informação em devido tempo e com aquilo que são o cumprimento da lei. No entanto, não quisemos deixar de apresentar aquilo que é a atividade de forma genérica, é verdade, mas que considero importante para que se tenha conhecimento destes aspetos.

No que diz respeito à leitura dos contadores, não temos aqui a distinção, é verdade que ainda não temos o concelho totalmente coberto com contadores de leitura automática, é um trabalho que vem sendo feito de forma progressiva, em devido tempo procuraremos que também seja refletido na informação se considerarem que é importante.

Quanto ao estudo sobre o impacto ao nível do CO2, não sei responder, se quiser posso chamar o Engenheiro Sérgio Bispo porque é quem tem estado com este processo.

Senhora Deputada, Carla Massano, refere a questão do Pavilhão Municipal, se não estou em erro fizemos um procedimento que ficou deserto, teve ali uma não adjudicação e penso que está a condicionar aquele que seria o objetivo e passa muito pela cobertura do pavilhão, portanto não temos neste momento uma estimativa.

**Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Contas Consolidadas do ano de 2021.”  
(Proposta n.º. 24/2022)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** – Senhor Presidente, tenho que lhe dizer que a situação financeira melhorou e o saldo em dívida diminuiu, o que já por si noto um esforço por parte deste Executivo naquilo que foram os últimos meses da atividade da câmara.

De qualquer forma, sempre os documentos e comungo aqui como o Membro Municipal do PSD que o referiu em relação à documentação de suporte. Eu compreendo que a forma descritiva e muito incisiva fica bem para quem está a assistir, mas devemos ter juntamente com a parte mais desenvolvida, chamamos-lhe assim, também um suporte para fazer as nossas apreciações e não criarmos aqui algumas falácias que às vezes os argumentos assim o indicam.

De qualquer forma, quero dizer e congratulo-me por essa diminuição, há aqui no mapa no final, um acrescento à mão que não percebi bem que é o mapa 134/21.8BCTB tem aqui um valor de dois milhões e seiscentos mil. Gostaria de uma explicação porque isto foi acrescentado e estou a falar, peço desculpa, da lista dos processos, em curso, sobre a listagem de procedimentos.

Em relação áquilo que são outros aspetos, o Senhor já disse e com muita razão, de qualquer forma estão em curso algumas obras, já foi aqui falado, estão aqui indicadas, as de reabilitação sobretudo. Há aqui uma questão que é sem dúvida aquela que o Senhor Presidente já várias vezes aqui disse que é de rede de iluminação pública. Gostaria de saber se isto também é extensivo às freguesias, uma vez que a maior parte das juntas de freguesia não têm essa rede de iluminação e até atualização e por isso mesmo sei que está aqui indicado, não está é referido às juntas de freguesia, mas tenho que salvaguardar também os interesses. E depois, outra questão que também me faz aqui alguma análise da minha parte, tem a ver com aquilo que já foi aqui dito e que são as obras em relação ao Bairro do Cansado, queria saber se já está finalizado ou não e se já foram executadas as obras de requalificação urbana da Escola do Cansado?

**Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)** – Em relação às contas consolidadas de 2021, como já tive oportunidade de aqui afirmar, grande parte da gestão do ano de 2021, foi feita por uma gestão da autarquia caracterizada por uma prepotência e completa falta de diálogo.

Gostava de frisar uma vez mais a falta de diálogo e o desprezo pelas propostas que várias vezes foram apresentadas pela qual a coligação do PSD/CDS/PPM não pode ter um parecer favorável, a esta Consolidação de Contas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)** – A minha intervenção sobre este ponto, é uma intervenção política e não técnica. Já fiz questão de fazer várias vezes esta questão, vou fazê-la novamente.

Constato que estas Contas Consolidadas foram aprovadas com os votos do S-MI e do PS, com uma abstenção do PSD/CDS/PPM, o que é curioso.

A minha primeira questão é, se já apareceram ou se já passaram as pastas? Para se ter Contas Consolidadas temos que ter pastas. E volto a fazer a mesma pergunta que é muito objetiva e gostava de ter a resposta. Se quem governou a Câmara Municipal de Castelo Branco até às últimas eleições autárquicas foi o PS? Esta é uma questão muito concreta e gostava que me respondessem se foi ou não o PS.

**Francisco José Alveirinho Correia (Diretor do Departamento de Administração Geral)** –

Gostaria de esclarecer que esta questão, escrito à mão, não faz parte deste ponto, faz parte da atividade municipal e vem sempre às Assembleias Municipais um listagem dos processos judiciais em curso. O nosso consultor jurídico tem uma série deles, mas há um que não está na sua posse. É um processo que nos foi movido pela Valamb, é outro advogado e daí que se acrescente sempre esta ação enquanto não tiver desenvolvimentos, esta a decorrer nos tribunais, portanto, isto não faz parte da Consolidação de Contas.

A Terras da Beira Baixa foi extinta que era uma empresa municipal, portanto, neste Grupo Municipal só faz parte a Câmara Municipal, os SMAS, a ALBIGEC e o CATAA, só temos quatro Entidades.

Quero dizer que relativamente à Consolidação de Contas, no fundo é juntar os valores individuais todos, as Contas das Demonstrações Financeiras de todas as Entidades e depois expurgar todas as transferências internas entre as entidades do Grupo. Portanto, não há dúvida nenhuma que se formos ver em termos de ativo, de passivo, património líquido, mesmo em fluxo de caixa, registaram-se melhorias a todos os níveis, portanto, não vale a pena aqui estar a referir os números, mas efetivamente estamos a implementar efetivamente o ativo, a diminuir o passivo por força também dos empréstimos que estamos a amortizar que são da Câmara, a amortizar anualmente e também este ano registou-se um aumento de disponibilidades financeiras em termos de Fluxos de Caixa. Portanto, penso que a Certificação Legal de Contas, dos Revisores de Contas atesta bem que as contas estão em conformidade e merecem a aprovação.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Presidente da Câmara Municipal** – Queria responder ao Senhor Deputado do CHEGA que me questionou acerca de dois aspetos, primeiro em relação às pastas, estamos a falar de coisas diferentes. Estamos a falar das pastas técnicas e estamos a falar dos projetos e das pastas políticas.

As pastas técnicas existem, mal seria se assim não fosse. Quanto às pastas políticas, tenho tanto conhecimento das mesmas, como o Senhor tem.

Quem governou Castelo Branco nos últimos tempos, ao longo dos vinte e quatro anos, foi o PS. De acordo com aquilo que se passou ao longo dos últimos anos, não tenho a certeza absoluta disso, mas acredito que fiz sempre parte e que apoiei sempre um Governo Socialista e este Governo é um Governo Socialista.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do CHEGA, 4 abstenções do PSD/CDS/PPM e 34 votos a favor, 15 do S-MI, 18 do PS e 1 do MPT, aprovar as Contas Consolidadas do ano de 2021.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 2.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

### **Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Primeira Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.” (Proposta n.º 25/2022)**

**Armando Lopes Carvalho (S-MI)** - Considerando que na proposta n.º 25/2022, é referido que a inscrição da parte do saldo de gerência, referente ao ano de 2021, no valor de 4 825 000,00 Euros tem por objetivo realizar investimentos e reforçar algumas rúbricas de despesa, solicitamos ao executivo que, se possível, nos indiquem quais os principais investimentos que se pretendem realizar com o reforço orçamental proposto.

**Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)** – Em relação à primeira alteração Orçamental dos Serviços Municipalizados e aproveito para fazer um pequeno aparte, continuamos a aguardar as conclusões da análise que o Senhor Hélder Henriques nos informou que estavam em curso quando da minha questão de 29 de abril, em relação ao incremento das taxas fixas, ainda não temos, gostava também que não caísse no esquecimento.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A minha questão é qual a explicação por parte dos SMAS para orçamentar quatro virgula oitocentos e vinte e cinco milhões de euros em receitas de capital e agora constatarem que não se vão confirmar?

Mais, porquê este valor, constava também no orçamento plurianual? E também estavam cerca de três milhões e trezentos nas contas de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte. Se já vinha de há dois anos, está orçamentado para mais anos e constataram que este valor não se ia concretizar, gostávamos de saber porquê e penso que os albicastrenses têm, digamos, o direito de saber. Estamos a falar de quase cinco milhões de euros, não estamos a falar de um valor pouco significativo. E também face a isto, qual o rigor que os albicastrenses podem esperar no orçamento dos SMAS?

**Presidente da Assembleia Municipal** – Senhor Deputado, o Senhor Presidente está a colocar-me aqui uma questão que é de alguma forma pertinente. Foram colocadas algumas questões que são para ser respondidas por alguém dos SMAS, essa pessoa já foi chamada e, portanto, pedia só uma interrupção de 5 minutos até que essa possa chegar para responder a essas questões.

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)** – A minha questão vai no mesmo sentido da intervenção anterior que é, na rúbrica diz outros rendimentos de capitais, gostaria de saber de onde é que vêm, se é uma aplicação financeira, se são juros. Devem ser criptomoedas para ser tanto dinheiro.

Agora vai ser o saldo de gerência, o que na nossa opinião esse dinheiro do saldo de gerência devia funcionar também e já foi aqui falado hoje, baixar as tarifas de água que os Municípes pagam e não estar a ser utilizado. A minha questão concreta é, de onde é que este dinheiro vem, são quase cinco milhões.

### **Suspensão dos Trabalhos**

#### **Início dos trabalhos**

**Susana Valente (Chefe de Divisão dos SMAS)** – Isto é um procedimento que se faz anualmente, decorre da lei, portanto, é uma verba que não se pode incorporar no orçamento quando é elaborado inicialmente e destina-se unicamente e exclusivamente a introduzir parte do saldo de gerência do orçamento do ano anterior. É uma operação simples que todos os anos se fez, é um procedimento corrente e caso seja necessário utilizarem esta verba está-se a prever várias obras, e algumas já



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

estão em curso, outras já estão iniciadas para se ter verba para a realização dessas obras. Portanto, trata-se apenas de um procedimento legal e corrente, nada mais que isso.

**Presidente da Câmara** – Relativamente, a obras que estão em projeto, dou alguns exemplos, nomeadamente o projeto de execução das infraestruturas realizadas na rua Engenheiro de Camões, em Alcains, o projeto de execução das infraestruturas realizadas na EN 18-7, na Lardosa, o projeto para a execução de infraestruturas, a realizar na rua Simplício Magro e outras. O Projeto de infraestruturas para a Praça Rainha D. Leonor e Tílias. Também o projeto da Avenida de Zhuhai, tivemos aqui no ano passado um problema grave nesta avenida com as chuvas torrenciais que levaram ali a uma série de inundações e será importante rever, sobretudo, o problema das águas pluviais, portanto, é algo que está em cima da mesa e há mais um conjunto de obras que estão previstas realizar-se.

Quero dizer que não há nenhuma obra que se deixe de realizar por esta via. São obras que algumas já constavam do orçamento, já estavam definidas e outras são obras novas, não havendo nenhuma obra que deixe de se realizar.

Há também a renovação das infraestruturas na Rua dos Combatentes da Grande Guerra e dos Bombeiros e mais uma série de obras.

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dois votos contra do CHEGA, 5 abstenções, 4 do PSD e 1 MPT e 33 votos a favor, 15 do S-MI e 18 do PS, aprovar a Primeira Revisão Orçamental dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município de Castelo Branco à ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.” (Proposta n.º. 26/2022)**

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** – Senhor Presidente, congratulo-me e até que enfim que pertence a esta Agência - ENERAREA, espero que não fique só como associado, isto tem sede em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Pinhel e na Guarda, espero que um dia possa vir para Castelo Branco e que faça parte também dos órgãos desta Associação.

Reconhecemos que este é um esforço no sentido de que a Câmara, realmente, tem vindo para questões de projetos e outras iniciativas ligadas em termos estratégicos à energia e ao ambiente e em projetos de execução que sejam sustentáveis.

De qualquer forma, Senhor Presidente, já aqui foi falado e já intervimos várias vezes, ainda hoje, espero que tenha um plano de promoção de eficiência no consumo de energia. É um instrumento muito válido que esta Associação maneja e manuseia em termos de apoio ao desenvolvimento de projetos de eficiência energética, mas a minha questão para que isto seja efetivo, são as seguintes:

Há algum inventário energético do concelho para termos de identificação dos recursos? Há algum planeamento com o levantamento das condições e utilização de energia potencial de conservação de energias renováveis? Eu sei que isso já aqui foi dito, mas agora de uma forma mais eficaz dentro da INERAREA seja mais efetiva e plausível a favor do nosso concelho;

A outra questão é se irá promover a sustentabilidade energética de Energias Renováveis através de um projeto que possa reduzir as dimensões de GEE, de reduzir as intensidades energéticas consumidas do concelho.

De qualquer forma, penso que já se perdeu aqui algum tempo porque já se devia ter apresentado uma candidatura ao apoio da disponibilização da indústria, não sei se me pode responder a essa questão, assim como também, no PRR, no C3 há também a inclusão de projetos de requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, penso que sim, também, fosse mais efetivo e, sobretudo, a questão de promover a questão florestal que também esta Associação tem muito esta finalidade, sobretudo na finalidade de redução do risco de incêndio florestal no concelho sabendo que é um perigo.

De qualquer forma, Senhor Presidente, espero que através da sua participação nesta associação também faça paralelamente, construirmos uma cidade energeticamente eficiente. Como? Através da educação ambiental, através de ação e sensibilização aos cidadãos, mas especialmente às crianças do 1.º e 2.º ciclos para adoção de comportamentos responsáveis que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

promovam o uso eficiente de energia elétrica em diferentes contextos das próximas décadas. No aspeto doméstico é sem dúvida o que mais nos preocupa.

De qualquer forma congratulo-me pela participação nesta Associação.

**Presidente da Câmara** – A Adesão do Município a esta Associação tem em vista levar por diante, precisamente o que o Senhor Professor Ernesto Martins aqui referenciou. Era uma lacuna que tínhamos não pertencermos a uma agência deste tipo.

Tínhamos algumas opções, uma agência mais a sul, de Abrantes, mas optamos por esta que também já estão associados os Municípios de Penamacor e outros do nosso concelho, agora proceder-se-á a adesão de Castelo Branco e se não estou em erro o Município de Vila Velha de Ródão, sendo que os outros Municípios da Comunidade Intermunicipal já estão inscritos. O objetivo é claro, foi aqui também referenciado por si que é a eficiência energética nas suas múltiplas intervenções. Foi feita uma candidatura anteriormente no âmbito dos painéis fotovoltaicos para a zona industrial, mas ainda não foi da nossa responsabilidade, mas com a qual nos identificamos perfeitamente, mas na altura acabou por não ser deferida, portanto, esse projeto não se realizou.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adesão do Município de Castelo Branco à ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 4.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 5 – Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Castelo Branco. Aprovação da Constituição e Tomada de Posse.**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte proposta de Constituição da Comissão da Assembleia Municipal que de seguida tomaram posse:**

- Jorge Manuel Vieira Neves - Presidente da Assembleia Municipal;**
- Carlos Simão Martins Mingacho – 1.º. Secretário;**
- Celeste Nunes Rodrigues – 2.ª. Secretária;**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

- **Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)**
- **António Augusto Cabral Marques Fernandes (S-MI)**
- **Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)**
- **João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)**
- **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **Ponto 6 – Apresentação e descrição do funcionamento, pela empresa NOOP, da plataforma de gestão documental da Assembleia Municipal de Castelo Branco.**

A Empresa Noop deu uma explicação resumida do funcionamento da plataforma de gestão documental que irá ser implementada de forma gradual.

**Presidente da Assembleia Municipal** – Temos um pedido de aditamento, a esta sessão e, portanto, aquilo que diz a lei é que as inclusões, no caso de urgência reconhecida por dois terços dos Membros pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na Ordem do Dia.

Relativamente a isto e para evitarmos aquilo que já aconteceu neste mandato, solicitava ao Senhor Presidente da Câmara que faça o favor só de fazer aqui uma ligeira intervenção para justificar a urgência da inclusão destes pontos.

**Presidente da Câmara Municipal**-. Há aqui pelo menos um ponto que é de extrema urgência que é de discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal para o pessoal da Divisão da Educação para a criação de postos de trabalho que depois falarei mais em pormenor sobre isso, as condições para termos a Escola a Tempo Inteiro, ou seja, a componente de apoio à família para o pré-escolar e também ao desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular para o 1º. Ciclo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Não havendo qualquer questão sobre o assunto, vou colocar à votação a inclusão do Aditamento à Convocatória.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, a inclusão do Aditamento à Convocatória.**

### **ADITAMENTO À** **CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 30/06/2022**

**Ponto 7 - Apreciação da proposta de “Apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações”. (Proposta n.º 27/2022)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda dos interesses próprios das populações.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 6.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 8 - Apreciação e votação da proposta de “2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022 da Câmara Municipal de Castelo Branco”. (Proposta n.º 28/2022)**

**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos contra do CHEGA e restantes votos a favor, aprovar a 2.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão). Grandes Opções do Plano e Orçamento 2022, da Câmara Municipal de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 7.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **Ponto 9 - Discussão e votação da proposta de “Adesão do Município à Associação Cortiçada Art Fest, Cortiçada Art Fest – Laboratório para a Gestão Integrada de Arte na Paisagem”. (Proposta nº. 29/2022)**

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Senhor Presidente, mais uma vez, me congratulo, tardiamente, uma vez que aqui ao lado há já concelhos que pertencem a esta Associação. É uma Associação que espero que contribua para os benefícios do desenvolvimento territorial e promoção do turismo cultural e elaboração de projetos de investigação. Espero que seja assim, de maneira a que haja apresentação de candidaturas de financiamento a projetos de gestão territorial e desenvolvimento local porque necessitamos também de aumentar a resiliência e valorizar a economia da floresta e zonas agrícolas.

De qualquer forma, Senhor Presidente, a questão da paisagem e vou aqui lembrar e não é por acaso que o MPT tem essa grande referência do Arquiteto Ribeiro Teles, numa publicação de 1994, sobre paisagem global “um conceito para o futuro” e que penso que é muito atual.

Textualmente há que estabelecer o, contínuo natural, no espaço urbano e no espaço rural como elo entre as respetivas paisagens permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas. A paisagem global do futuro não poderá deixar de estar sujeita a princípios impostos pela sua essência biológica, pelo que a localização das atividades, nomeadamente, da expansão urbana tem que estar sujeita à aptidão do território e há paisagem existente. Esta é uma visão na minha perspetiva muito pioneira e que está incorporada na legislação portuguesa, em vigor, com diploma sobre a reserva agrícola nacional, reserva ecológica, etc.. E, por isso, Senhor Presidente, deixo aqui o recado, mas também a petição que valorize a partir da paisagem da Serra da Gardunha e do seu Concelho, até aos limites da Freguesia de Santo André das Tojeiras.

De qualquer forma, lembro que os programas de reordenamento e gestão da paisagem que estão em vigor, é uma boa maneira de apresentar um bom projeto para a Serra da Gardunha. Sei que aqui fez, ainda há pouco, o disse, temos que discutir numa sessão temática a questão da água, portanto, Senhores Deputados, apresentem propostas, venham bem capacitados para discutirmos esse grande problema que temos no interior, mas também a questão da nossa paisagem e deixo aqui o desafio, não só ao Senhor Presidente da Câmara, mas a todos vocês que pertencem aos Grupos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municipais, trazerem algo que nos enobrece porque a partir da Serra da Gardunha resolveremos muitos dos problemas para as décadas e para as gerações vindouras.

Estava a dizer que os programas de reordenamento e a gestão da paisagem que vem num despacho governamental n.º.11891/2021, de dois de dezembro, realmente permite-nos esse reordenamento da gestão da paisagem.

De qualquer forma, espero que esta paisagem, uma vez que temos um território de floresta muito vulnerável possa permitir uma paisagem multifuncional e resiliente, com novas atividades económicas e remuneração de serviços dos ecossistemas, é isso com certeza que mesmo pagando aquela quota que não é muito significativa, nos permita estar como pioneiros a desenvolver aquilo que é nosso e no nosso concelho.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Adesão do Município à Associação Cortiçada Art Fest, Cortiçada Art Fest – Laboratório para a Gestão Integrada de Arte na Paisagem.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 8.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 10 - Discussão e votação da proposta de “Mapa de Pessoal de DECDAS – Criação de Postos de Trabalho.” (Proposta n.º. 30/2022)**

**Presidente da Câmara** – A proposta que trazemos a esta Assembleia Municipal tem a ver com a temática que apresentei “Escola a Tempo Inteiro”, no âmbito da transferência de competências. É também competência da Câmara Municipal, a dinamização e resposta no âmbito da componente de apoio à família e também das AECS.

Este ano, temos aqui uma nuance, relativamente, àquilo que era a prática nos anos anteriores, é que com a concretização plena desta transferência de competências, deixa de ser possível entre outras coisas que os senhores e as senhoras professoras, com horários zero, nos Agrupamentos, possam por essa razão desenvolver atividades de enriquecimento curricular.

Isto levou-nos a fazer uma reflexão na sequência daquilo que foi o resultado do trabalho desenvolvido pela equipa que esteve no programa inovador de combate ao insucesso escolar e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

também em resposta áquilo que são as obrigações legais do Município, por um lado, e por outro lado, as várias reflexões que fomos fazendo com pais e encarregados de educação e também em reuniões que tivemos com os Senhores Diretores dos Agrupamentos de Escolas, apresentamos uma proposta para que essa Escola a Tempo Inteiro se possa vir a concretizar, isto carece de um conjunto de lugares no quadro e serão lugares a termo certo, até final do ano letivo e que comporta a criação, como disse, de 37 lugares.

Quero dizer que até ao momento a componente de apoio à família, muitas vezes estava a ser assegurada por assistentes operacionais e no que respeita às atividades de enriquecimento curricular foram contratualizadas empresas ou neste caso a associações que desenvolviam essas atividades nos Agrupamentos de Escolas.

O que pretendemos é que nenhuma turma fique sem a possibilidade de ter a componente de apoio à família, que nenhuma turma fique sem a possibilidade de integrar as atividades de enriquecimento curricular. Com a contratualização destes trabalhadores a termo certo, fica também de certo modo uma parte resolvida que se refere às atividades dos Senhores e Senhores Assistentes Operacionais nos Agrupamentos de Escolas que uma parte importante do seu trabalho era precisamente fazer o acompanhamento dos meninos do Pré-escolar e do 1º. Ciclo durante o período da manhã, até se iniciarem as atividades letivas, durante a hora do almoço e no final das atividades letivas, até os pais irem à escola buscar as crianças.

Portanto, com este projeto, esses assistentes operacionais, se as coisas correrem como prevemos, ficam libertos para outras atividades nos Agrupamentos, onde desenvolvem a sua atividade.

Quero dizer ainda que esta Escola a Tempo Inteiro contempla também atividades de ATL nas férias do Natal, Páscoa e Verão. Como disse implica a contratação de 67 pessoas, 5 a tempo inteiro, assistentes técnicos. Depois, a tempo parcial 10 assistentes técnicos. Em termos de técnicos superiores, a tempo parcial 40 pessoas, e a tempo inteiro 12. A aferição deste número de trabalhadores e das horas afetas a cada um deles, surge na sequência de um trabalho realizado de identificação do número de turmas e também depois da distribuição dos horários para que estas pessoas contratadas, possam acompanhar as crianças.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Penso que será uma metodologia que irá dar resposta às necessidades das famílias, está a decorrer em outros municípios, por exemplo, o Município de Vila Nova de Gaia tem 400 técnicos afetos a esta Escola a Tempo Inteiro.

Estamos agora a começar, é como disse, uma proposta para aquisição de serviços, a termo certo, sendo que os trabalhadores afetos, terão todos os direitos que lhes cabem por via desse contrato, nomeadamente, subsídio de refeição, subsídio de férias e também os descontos, no âmbito da TSU.

Neste momento, teremos que esperar pela deliberação da Assembleia Municipal, se a Assembleia Municipal deliberar, favoravelmente, a proposta que aqui trazemos, será publicado posteriormente e com maior brevidade possível um aviso de abertura de concurso no Diário da República e, portanto, este contrato a termo certo com estas pessoas será feito de acordo com esse concurso, a lançar e será um concurso público, divulgado, nomeadamente, no âmbito do Diário da República.

Aquilo que acontecia com a contratualização das AECS, era que a Câmara Municipal pagava um determinado valor/hora aos técnicos envolvidos nestas atividades que se não estou em erro 12 euros/hora, sendo que depois a empresa pagava, tinha que ter o seu lucro e tinha que ter condições próprias, pagava um valor inferior àquele que a Câmara Municipal disponibilizava, com isto, a Câmara vai pagar aos técnicos afetos a esta atividade o valor/hora que pagaria às Associações que iria contratualizar.

Como já disse, isto tem um valor financeiro bastante significativo, os encargos são de novecentos e noventa e três mil quinhentos e sessenta e dois euros e oitenta e um cêntimo, prevê-se que a Câmara Municipal tenha receitas na ordem dos quatrocentos e cinquenta mil euros e essas receitas advêm das transferências do Ministério da Educação que ainda não estão totalmente apuradas, como sabem, também ainda está a decorrer um processo negocial, penso que estará em fase de conclusão entre o Governo e a ANMP, no âmbito, da transferência competências e dos valores financeiros associados a essa mesma transferência de competências. Os cálculos são um valor por aluno no que diz respeito às AECS de cento e cinquenta euros/ano. Temos informações que esse valor vai aumentar e será superior aos cento e cinquenta euros/ano, o que vai aumentar também por essa via as receitas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Há aqui um outro assunto e tem a ver com o seguinte, no ano letivo que ainda está a decorrer, os pais/encarregados de educação participaram com receitas próprias, a componente de apoio à família no valor de trinta e dois mil seiscientos e setenta e três euros e cinquenta e três cêntimos, valor que entendemos e penso que haverá, unanimidade, pelo menos no que diz respeito ao Executivo, valor que entendemos que deve ser suportado pelo orçamento público, portanto, pela Câmara Municipal, tornando estas atividades de apoio à família e também atividades de desenvolvimento curricular, totalmente suportadas pelas receitas provenientes do Orçamento do Estado e no âmbito das transferências de competências e também das receitas que daí advêm.

Portanto, como dizia, em encargos calculados em novecentos e noventa e três quinhentos e sessenta e dois e oitenta e um cêntimos. As receitas estimadas de acordo com o que disse, é de quatrocentos e cinquenta mil euros, portanto, temos aqui uma diferença que depois será certa quando tivermos os valores das transferências de competências acima dos quinhentos e cinquenta mil euros que serão suportados e quero que fique bem claro, serão suportados pelo Orçamento da Câmara Municipal de Castelo Branco.

É um investimento fortíssimo da Câmara Municipal, no que diz respeito ao apoio às famílias, ao apoio ao enriquecimento curricular das nossas crianças, é uma posição perfeitamente assumida que vai ao encontro daquilo que são políticas que já estão implementadas em outros municípios e que consideramos serem políticas positivas e acredito que possam fazer aqui também a diferença conjugada com outras medidas que já anunciamos e aprovamos, nomeadamente, a gratuitidade, das refeições do 1º. Ciclo e Pré-escolar, o apoio também às crianças no âmbito das creches, portanto, tudo isso são medidas que se inserem numa proposta que acreditamos que seja positiva para Castelo Branco, os albacastrenses, as famílias e para o nosso desenvolvimento.

Como sempre, estarei disponível para responder a qualquer questão que queiram colocar.

**José Dias dos Santos Pires (PS)** - Quero dar os parabéns a esta iniciativa da Câmara Municipal.

Esta iniciativa marca uma mudança na linguagem no que diz respeito à preocupação educativa dos Municípios. Esta é verdadeiramente a tomada de consciência do bom trabalho realizado nas escolas, nos Agrupamentos de Escolas de Castelo Branco no que diz respeito ao apoio às famílias e às atividades de enriquecimento curricular.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Importa dizer que o bom trabalho das escolas tem justificação no suporte que o Município lhes vai dar. Mais ainda, estamos a inverter um conceito, não se faz com este projeto o combate ao insucesso escolar, mas antes pelo contrário, se promove o sucesso escolar e aquilo que é obrigação dos municípios e do seu trabalho que diz respeito à Educação, é ter consciência que é fundamental, é promover o sucesso escolar, o apoio às famílias, o trabalho organizado sistemático bem pensado de apoio às atividades curriculares deve ser elogiado, deve se perenizado, todos nós autarcas, cidadãos, somos responsáveis pelo seu acompanhamento e pelo contributo ao seu dinamismo, principalmente no que diz respeito ao nosso exercício de influência nas Associações de Pais e na participação das Associações de Pais neste projeto que é muitíssimo importante e, portanto, que agradeço e me congratulo por a Câmara o levar a efeito.

**Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM)** – A questão que gostaríamos de colocar, é que se tratando de um montante que há nossa dimensão é bastante substancial de quase um milhão de euros, gostaríamos de ter a certeza, a garantia, se as pessoas que vão ser contratadas porque é um número significativo, vão ficar a trabalhar na Educação? É muito importante que não haja aqui alguns desvios relativamente a tudo isto e a questão que queria deixar no ar, é se existe esta certeza atualmente e se no futuro estas pessoas irão trabalhar na Educação?

**Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)** - Queria saudar esta opção do Executivo por assumir este desígnio de política municipal e que se traduz no nosso ponto de vista do PS em dois aspetos que gostaria de sublinhar, desde logo em primeiro lugar, isto significa um acréscimo de serviços a todas as famílias do concelho, independentemente dos seus rendimentos, acaba por ser aqui um acesso de igualdade a serviços da educação e, em segundo lugar, não menos importante, é que torna precários os professores e os técnicos que exerciam estas funções ao eliminar as empresas intermediárias neste processo.

Portanto, desejamos boa sorte e também é uma oportunidade para o Executivo provar que aquilo que é feito pela gestão pública pode ser tão rigoroso e tão competente, como é feito pelas empresas.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Já foi aqui levantada a questão pelo PSD/CDS/PPM, da afetação destas pessoas. Há pouco o Senhor Presidente disse, mas depois estive a ver no documento e corrija-me se é verdade, caso contrário fico com algumas dúvidas. São 17 postos de trabalho a





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

tempo integral e 50 a tempo parcial. Penso que é esse, o facto, porque depois o Senhor Presidente disse e muito bem que são as áreas e tudo isso. Portanto, essa pergunta já foi feita, espero que também responda.

Senhor Presidente, concordo com tudo isto, mas ainda não discutimos um Plano Estratégico Educativo Municipal e estas ações como outras, efetivamente, integram este Plano porque repare, cabe ao Município promover uma política educativa municipal assente num outro olhar sobre o papel da educação e do território. Um território que já nos custa pela interioridade, uma educação integral que aposte na instrução como estratégia que favoreça o conhecimento e as atitudes numa educação quer formal, quer informal, responsável pela cultura, pelos valores da cidadania e participação que tanta vez se fala nesta Assembleia. Para isso, queremos uma integração de jovens, jovens do amanhã nesta sociedade democrática e moderna, sociedades que afirmem o desenvolvimento integrado e sustentável. Mas, só estas decisões são coletivas e necessitam de um Plano Educativo Sustentável para o Território.

Há aqui uma pergunta, Senhor Presidente, o Município é membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras que integra a Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras. Onde diz que também está elencado? A Carta das Cidades Educadoras, como grande referência da política educativa municipal. Portanto, deixo aqui em aberto como também lembro, Senhor Presidente que o papel da escola e da academia na formação científica e cultural e na promoção da cidadania ativa e esclarecida, é dentro das suas competências, é procurar valorizar e dignificar todo o universo escolar num diálogo com os parceiros educativos, numa lógica visando a promoção das políticas tendentes ao sucesso educativo em particular inclusivo.

De qualquer forma, na falta deste PEEM que ainda não foi aqui discutido, nem trazido, congratulo-me pelos postos de trabalho e por tudo aquilo que é uma escola a tempo inteiro e espero que ela se integre em outras atividades com o Município, também.

Seja pioneiro Senhor Presidente.

**João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)** - Quero em primeiro lugar, felicitar a iniciativa, a qual, nos agrada, mas também constatar nas palavras do Senhor Presidente a falta de financiamento que vem do Governo Central para esta iniciativa que cobre no fundo metade do investimento. O CHEGA,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mesmo a nível nacional, disse muitas vezes que somos a favor da delegação de competências, da descentralização, mas essa descentralização tem que vir com o respetivo financiamento. Ou seja, se vamos fazer uma boa iniciativa, mas, vai onerar ainda mais o orçamento da Câmara, sem o respetivo refinanciamento por parte do orçamento central, não é do nosso agrado. Deveria haver um total por parte do orçamento central se existe uma delegação de competências.

Depois outra questão, não concordo com a Senhora Deputada, que estamos a criar empregos que não são precários porque o que está aqui a ser criado são contratos a termo certo, ou seja, o contrato acaba no final do ano.

A minha questão é esta, porque razão é que os contratos não são sem termo? Porque se é Escola a Tempo Inteiro não há férias de verão. Porque a férias de verão também vão estar incluídas nestes trabalhos.

Acredito que não seriam precisas todas estas pessoas a tempo inteiro, não conseguimos prever as crianças que vamos ter. Algumas pessoas podiam ter contratos a termo certo também para darmos exemplo à sociedade porque se a autarquia vai contratar pessoas a termo incerto, qual é imagem para os empresários. De certeza que nestas 67 pessoas deve haver pelo menos umas cinco ou dez que sejam necessárias. Pelo menos estar aqui previsto, se é o primeiro ano que estamos a fazer, no final de um ano, estes contratos sejam convertidos, legalmente isto não pode acontecer, ou então mudamos a lei. Agora se precisamos das pessoas todos os anos, temos que lhes dar condições.

Nós queremos emprego que não seja precário e se precisamos das pessoas, temos que lhes dar condições para se manterem no posto de trabalho.

Quando acabar esse trabalho de um ano, vamos precisar deles e nós queremos muitas crianças no nosso concelho.

**Presidente da Câmara** - Apreciei as informações que foram feitas acerca deste assunto que consideramos de particular importância, identificámo-nos com a generalidade das mesmas.

Queria responder de forma explicita aqui a duas questões que foram colocadas por dois grupos aqui representados que é, quanto há afetação destas pessoas a este trabalho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

As pessoas serão afetas a esta atividade, aliás não podia ser de outra forma porque se trata de uma autorização para criação de sessenta e sete lugares a termo certo com o objetivo perfeitamente definido.

Este foi um trabalho do Dr. Fernando Raposo, da Senhora Vereadora e de uma equipa vasta que esteve a trabalhar há vários meses na organização desta atividade e que tem os horários todos feitos, é dessa elaboração de horários que resulta este número de pessoas porque o que aqui está representado são horas. As horas é que vamos afetar a este tipo de trabalho.

Senhor Deputado, o Senhor sabe que aprecio muito as suas intervenções, mas às vezes também denoto alguma incoerência que vou registando.

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da DECDAS – Criação de Postos de Trabalho, do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Castelo Branco.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 9.**

**Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.**

**Ponto 11 - Discussão e votação da proposta de “Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação”. (Proposta n.º 31/2022)**

**Presidente da Câmara** – É um plano que já tem um caminho longo. Decorreram várias reuniões e uma das reuniões, umas das secções que elaborou e discutiu este plano, portanto, o plano resulta desse trabalho, do trabalho de muitas semanas, de uma vasta equipa e que resultou no documento que se for necessário algum esclarecimento a Senhora Vereadora apresentará.

De qualquer modo, não podia deixar de me congratular pelo espírito positivo de colaboração dos diferentes intervenientes envolvidos na elaboração deste plano e pelos contributos que cada um da sua forma acabou por dar para o enriquecimento do mesmo e para que tenhamos um documento que consideramos um documento positivo e que honra o Concelho de Castelo Branco.

Bem haja.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

**Ernesto Candeias Martins (MPT)** - Devo dizer que é o primeiro plano da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e por isso já se louva este trabalho desenvolvido pela equipa.

Não há muitas Câmaras a ter este plano. É um plano que visa tal como logo no início, tive o cuidado de ler apesar da sua extensão, já vou fazer aqui algumas apreciações, mas integra-se e assegura aquilo que é a perspetiva desta estratégia de igualdade e não discriminação que vai até 2030 como já disse, e também aprovada na Resolução de Conselhos de Ministros, em 2011, na agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável.

Merece-nos algumas apreciações relacionadas com a Educação e Coesão Social já que constituem preocupações cimeiras da governação municipal e se assumem como pilares de desenvolvimento do mais importante recurso do Município que são as pessoas.

É um documento extenso, tendo um diagnóstico aprofundado que leva muitas páginas para depois, só num plano de ação com 11 páginas e isto é logo desequilibrante. E é desequilibrante porque a intervenção operacional e que o fazem em seis aspetos daquilo que mais nos interessa. Depois de fazer o diagnóstico, cuidado! É exaustivo e foi feito em relação aos censos de 2018, já temos censos de 2021, tal como, já foram aqui apresentados.

Portanto, é um documento que tem esse valor e, sobretudo, nestas três áreas que é a promoção de igualdade de género, de prevenção nas formas de violência contra as mulheres domésticas de igualdade de género. Onde está a violência escolar? E prevenção de combate da discriminação? Mas, devia ter uma área também para a multi e interculturalidade devido à emigração que temos no concelho. Portanto, ainda aqui se fala, ainda hoje se falou pela Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedas.

Portanto, o plano tem um escasso de 10, 11 páginas, onde aparece compactado num quadro sem as dinâmicas de intervenção e operacionalização concretas, expressando mais a vertente de divulgação e sensibilização e de comportamentos do que propriamente aquilo que é a efetivação operacional da intervenção.

Vejam só, só para dar alguns exemplos, na Saúde, sensibiliza e desenvolve através da igualdade de género. Mas, não é através da escola, Senhora Vereadora e Senhor Presidente que se fazem essas ações de Educação?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

No caso da habitação, quer sensibilizar a parentalidade. Suponho, que é sobre a educação parental. Uma educação parental positiva já foi hoje aqui também referida, mas isso obedece também a um desenvolvimento de competências, suponho, desde a escola.

Sobre, por exemplo, o terceiro ponto, Economia e Mercado de Trabalho, a sensibilização e informação, mas não concreta, por exemplo, nos planos de transição para o mercado de trabalho das pessoas com necessidades educativas especiais e do qual são as instituições de ensino e as Instituições Públicas que deviam respeitar as quotas, determinadas pela própria Comunidade Europeia. Portanto, as famílias emigrantes não são aqui revistas neste ponto.

Por exemplo, no ponto quatro, na Educação e na Formação Profissional não está bem explícito a certificação e o acesso às novas oportunidades e formação de banda larga que é aquilo que hoje necessitamos neste contexto da sociedade com certas formações que até são formações a investir no futuro de modo a atrair o mercado de trabalho em áreas de empregabilidade.

No caso da participação, que é o ponto cinco, da participação política, pergunto, temos atualizado o Conselho Municipal de Educação e a Carta, não é? Então a partir daí, podemos fazer como devemos intervir. Penso que não. Os atores cruciais desse levantamento devem participar mais. Participação e diria, participação comunitária e é nesse sentido, Senhora Vereadora e Senhor Presidente, de momento não vejo aqui um documento muito válido na parte de diagnóstico, mas nas propostas de ação concreta, vejo que ficou muito aquém daquilo que era esperado após este diagnóstico.

**Presidente da Câmara Municipal** – Não me leve a mal, Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins que lhe coloque a seguinte questão.

O Senhor Deputado faltou a todas as reuniões de trabalho do grupo a que pertencia para a elaboração de um Plano de Discriminação para fazer essas perguntas, ou foi apenas porque sim?

**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação.**

**Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 10.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

### **II – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Luís Vicente Barroso** -*Boa tarde a todos os presentes, extensivo aos Albicastrenses que nos seguem em direto.*

Desta sessão, escolhi da Ordem de Trabalhos e do Período da Ordem do Dia, o ponto 7 - *Apoio às Freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações*, porque assim sou obrigado, para poder intervir.

Os executivos das nossas freguesias *vivem dependentes das suas capacidades de influência junto da Câmara Municipal.*

Este é um péssimo princípio de poder, enraizado no nosso concelho, *há muitos anos.*

Quando se fala em promover a coesão territorial, temos de pensar em *quebrar o êxodo das freguesias para a cidade*, evitando-se a sua desertificação.

Interessante a pesquisa/reflexão que o Paulo Almeida, já hoje aqui fez, *sobre os grupos etários nas nossas freguesias*, que devia servir para ações futuras dos executivos das mesmas e do próprio município.

O Poder Local tem nas freguesias uma *efetiva governação de proximidade e de serviço aos cidadãos (fregueses).*

É nas freguesias que se faz a pequena obra. Se faz a intervenção que marca a diferença. *Onde se identificam, com rigor, os problemas sociais e as carências de vária ordem.*

O transporte público é um deles, que esperamos seja melhorado, substantivamente, com o *MOBICB – Mobilidade de Castelo Branco, e principalmente com o transporte flexível, a pedido.*

Nas freguesias *o associativismo* atinge uma dimensão e interação importante com a comunidade na preservação das tradições populares, e do seu importante património, que não podemos deixar morrer.

Exemplo disso *a Festa de São João Batista*, em Monforte da Beira, que é única no país e no mundo.

*O Festival José Afonso*, em Malpica do Tejo, que tem ganho ano após ano notoriedade a nível regional, nacional, e mesmo além-fronteiras.

Valorizar as freguesias, *é desenvolver o nosso concelho.* Dotá-las de mais recursos financeiros, *é reforçar a democracia.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A proposta de transferência de apoio para as 18 freguesias rurais do nosso concelho, e para as anexas, também rurais, dos Lentiscais e Taberna Seca, devia ser entendida como ***inserida numa política de proximidade entre o município e as freguesias***.

Não encontrei uma fundamentação, objetiva, dos critérios dos valores atribuídos, que ***pressuponho serem pelo número de eleitores recenseados***.

Salvo melhor opinião, foi feita “a régua e esquadro”, entre quatro paredes, ***sem serem ouvidos os presidentes das freguesias***, os interlocutores mais próximos de cada freguês.

Devia ter sido criado um ***PAF - Programa de Apoio às Freguesias***, para ajustar e inventariar as necessidades concretas de cada uma.

Descentralização de competências. Apoios. O reforço da colaboração institucional entre os dois órgãos de poder autárquico local, ***tudo isto proporcionaria condições iguais a todas as freguesias***, o que não aconteceu.

Pelo que continuamos a ver as nossas freguesias limitadas, ***essencialmente, à gestão e manutenção dos espaços verdes, limpeza dos espaços públicos, manutenção e reparação de mobiliário urbano, limpeza e manutenção dos cemitérios***, e pouco mais.

Numa dinâmica de promoção do envelhecimento ativo tão importante na população das nossas freguesias, são ***os polos da USALBI - Universidade Sénior***.

- Pensa este executivo fazer todos os esforços para manter estes polos em todas as freguesias rurais do concelho?

***Os Espaços Cidadão*** promovem a coesão territorial e garantem um ponto de atendimento que reúne serviços de diferentes entidades num único balcão.

***São uma mais-valia para as nossas freguesias e para os fregueses***, reduzindo as suas deslocações a Castelo Branco.

Pelo que sei, são onze os que já estão em funcionamento, existindo sete freguesias que não dispõem deste serviço (***Benquerenças, Malpica do Tejo, Monforte da Beira, São Vicente da Beira, Alameda, Póvoa do Rio de Moinhos/Cafede, e Salgueiro do Campo***)

Com este executivo ***nunca mais se ouviu falar deste forma mais rápida e próxima de descentralização***, tirando a inauguração, em dezembro, do espaço do Louriçal do Campo, processo que já vinha do executivo anterior.

- Vão criar nas freguesias onde ainda não existe o Espaço Cidadão?



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Foi em 2013 que o governo do PSD/CDS/PP fez com uma série de *fusões de freguesias sem ouvir ninguém*.

Segundo se sabe o governo está a ultimar uma, *eventual, proposta para reverter parte destas fusões*.

- Que pensam desta decisão do governo?

- Será que existem no nosso concelho Uniões de Freguesia “artificiais”, que nada acrescentam a uma melhor governação e defesa das populações?

Termino, dizendo que *entreguei aos cinco partidos e movimentos aqui representados*, os requerimentos que tive de fazer para poder falar durante 4 minutos nesta sessão da Assembleia Municipal de Castelo Branco.

Pretendo que sirva para *reflexão da dificuldade que criaram aos cidadãos para poderem intervir e exercer um direito que lhes assiste, Artigo 49º, Ponto 1, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro*.

**Presidente da Câmara Municipal** – Não podia deixar de fazer duas referências há intervenção do Senhor Luís Barroso. A primeira, refere-se áquilo que afirma logo no início, sobre a condição de ser Presidente de Freguesia e a sua expressão é que o trabalho efetuado nas freguesias está relacionado com a relação direta, com a capacidade de influência junto do Executivo da Câmara Municipal.

Senhor Luís Barroso, não nos conhece porque se nos conhecesse saberia que o Presidente da Câmara Municipal, em nenhum momento decidirá dessa maneira. Decidiremos de acordo com aquilo que são as prioridades para cada uma das freguesias, independentemente da cor política ou simpatia que possamos ter mutuamente.

Segundo aspeto, tem a ver com reorganização do mapa autárquico.

Como sabe os assuntos devem ser tratados onde e por quem por direito. Temos agregadas algumas freguesias, das 25 freguesias, passamos para 19 entre Uniões de Freguesia e Freguesias e cabe aos Executivos, neste caso concreto às Assembleias de Freguesia desencadear o processo, se assim, o entenderem, para levarem por diante se também assim o entenderem, o processo de desagregação. Ele está contemplado na lei, enquanto Presidente de Junta de Freguesia e também





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

enquanto Coordenador Distrital da ANMP tive oportunidade de me debater pela possibilidade dessa desagregação ou criação de freguesias seja um facto e hoje temos uma lei que permite.

Temos uma lei que permite criar novas freguesias, temos uma lei que permite unir freguesias, mas temos também uma lei que permite desagregar freguesias. Não é uma lei que responda à “La carte” ou pontualmente a vontades mais ou menos justificadas, é uma lei que a todos trata da mesma maneira porque de uma lei se trata.

Bem-haja.

### **CONCLUSÃO DA ATA**

**E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 14 horas e 42 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.**

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

---

**O 1.º Secretário,**

---